

Guia de consulta rápida das regras da nova ortografia



BIBLIOTECA

Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara

unesp 

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara

STAEPE
NÃO TEMOS DE APOIO AO BARRO, PEGUE O ESTUDO
Unesp

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Julio Cezar Durigan

Vice-reitora: Eduardo Kokubun

Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara

Diretor: Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Cláudio César de Paiva

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Diagramação

Mauricio Salera

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-8359-038-5



9 788583 590385

Guia de consulta rápida das regras da nova ortografia

Luciana Mercês Ribeiro Santos

Luiz Carlos Cagliari

(Org.)

Laboratório Editorial

Araraquara

2016

Copyright © 2016 by Laboratório Editorial da FCL

Direitos de publicação reservados a:

Laboratório Editorial da FCL

Rod. Araraquara-Jaú, km 1

14800-901– Araraquara – SP

Tel.: (16) 3334-6275

E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br

Site:

<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Obra disponível em formato eletrônico no endereço:

<http://www.fclar.unesp.br/#!/biblioteca/normas-da-abnt/nova-ortografia/>

Guia de consulta rápida das regras da nova ortografia / Organizado
por Luciana Mercês Ribeiro Santos e Luiz Carlos Cagliari. –
Araraquara : Laboratório Editorial da FCL, 2016.
G940 65 p.

ISBN: 978-85-8359-038-5

1. Reforma ortográfica. 2. Língua portuguesa.
3. Língua portuguesa -- Ortografia e silabação.
I. Santos, Luciana Mercês Ribeiro. II. Cagliari, Luiz Carlos.

CDD 372.632

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
Luciana Mercês Ribeiro Santos	
GUIA DE CONSULTA RÁPIDA DAS REGRAS DA NOVA ORTOGRAFIA	4
Luciana Mercês Ribeiro Santos	
JUSTIFICATIVA DA NOVA ORTOGRAFIA COM UM PEQUENO HISTÓ- RICO	10
Luciana Mercês Ribeiro Santos	
REFLEXÃO ACERCA DA NOVA ORTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO OFICIAL	15
Luiz Carlos Cagliari	
SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES	65

APRESENTAÇÃO

Luciana Mercês Ribeiro SANTOS

Finalizado o prazo de adaptação da nova ortografia em 2016, esta passou a ser legalmente obrigatória para os oito países cuja língua oficial é o português: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Os materiais didáticos, artigos, dissertações, teses e demais produções escritas devem, portanto, estar adaptadas às novas regras ortográficas. Diante dessa realidade, surgiu a ideia de disponibilizar aos usuários deste site o presente material, trata-se de um pequeno guia de consulta rápida das novas regras ortográficas com uma síntese da questão ortográfica da Língua Portuguesa.

Este trabalho é fruto de estudos realizados pelo grupo pesquisa *História da Ortografia da Língua Portuguesa*¹ (coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari) da UNESP – FCLAr.

Nesta pequena exposição *on line* da nova ortografia, buscou-se informar as novas regras em um quadro na página 4 (Guia de Consulta Rápida das Regras da Nova Ortografia). Na página 10, há a justificativa da nova ortografia com um pequeno histórico. Acrescentou-se, ainda, a reflexão e a problemática quanto à nova ortografia junto à documentação oficial, na página 15, a fim de que o leitor possa encontrar mais subsídios para o conhecimento mais detalhado do assunto aqui tratado, se assim desejar, além das referências bibliográficas que acompanham este material.

Espera-se que este Guia de Consulta Rápida das Regras da Nova Ortografia seja proveitoso para discentes, docentes e demais pessoas que possam se interessar. O Guia soma-se aos demais conteúdos e recursos de pesquisa do site da Biblioteca da UNESP – FCLAr, no qual têm sido cuidadosamente inseridos neste site pela equipe de funcionários da biblioteca e da STAEPE — Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a fim de contribuir copiosamente à comunidade universitária e demais usuários.

¹ O projeto tem sido desenvolvido na Universidade Estadual Paulista “Júlio de mesquita Filho” – UNESP, Campus de Araraquara, tendo o enfoque linguístico moderno, que procura descrever os fatos e classificá-los, para definir um sistema. Trata-se de um projeto de natureza histórica e descritiva.

GUIA DE CONSULTA RÁPIDA DAS REGRAS DA NOVA ORTOGRAFIA

Luciana Mercês Ribeiro SANTOS

EXEMPLOS	REGRAS
PINGUIM TRANQUILO CINQUENTA LINGUÍSTICA	<p>Não se usa mais o trema " (sinal de diérese) em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Não houve alteração de pronúncia dessas palavras sem o trema.</p> <p>Mas, conserva-se o trema em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros. Exemplo: <i>mülleriano</i>, de <i>Müller</i>. - Na demonstração da pronúncia do u em dicionários e vocabulários ortográficos. Exemplo: <i>tranquilo</i> (<i>qüi</i>).
IDEIA ESTREIA JOIA	<p>Não recebem o acento gráfico (´ ou ^) os ditongos abertos –ei e –oi de palavras paroxítonas.</p> <p>Mas, as palavras paroxítonas terminadas em –r, como <i>destróier</i>, <i>Méier</i>, <i>blêizer</i>, etc., recebem acento gráfico.</p>
VOO ENJOO	<p>Não se assinalam com acento gráfico (^ ou ´) encontros vocálicos fechados.</p> <p>Mas, as palavras paroxítonas terminadas em –n recebem acento gráfico. Exemplos: <i>herôon</i> (Br.) e <i>heróon</i> (Port.).</p>
LEEM CREEM	<p>Não se usa acento gráfico nas formas verbais <i>leem</i>, <i>creem</i> e seus derivados <i>releem</i>, <i>descreem</i>, etc.</p>
K, W, Y	<p>O alfabeto passa a ser formado oficialmente por 26 letras, com o acréscimo de K, W e Y, na seguinte sequência:</p> <p>a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z.</p>

<p>PARA (prep.) PARA (verbo) PELA (subst.) PELA (verbo) PARA-CHOQUE PARA-BRISA</p>	<p>Não recebem acento gráfico (diferencial) as palavras homógrafas, ou seja, que possuem a mesma grafia, mas com significados diferentes, ainda que formem um composto separado por hífen, por exemplo: <i>para-choque</i>.</p> <p>Mas, as seguintes palavras homógrafas recebem acento gráfico:</p> <p><i>pôde</i> (3ª pess. sing. pret. ind.)/ <i>pode</i> (3ª pess. sing. pres. ind.);</p> <p><i>pôr</i> (verbo)/ <i>por</i> (prep.);</p> <p><i>têm</i> (3ª pess. pl. pres. ind. do verbo ter)/ <i>tem</i> (3ª pess. sing. pres. ind. do verbo ter);</p> <p>Para evitar possível ambiguidade, a palavra <i>fôrma</i> (subst.) deve ser acentuada para diferenciar-se de <i>forma</i> (3ª pess. sing. ind. ou 2ª pess. sing. imper. do verbo <i>formar</i>). Deve-se diferenciar, ainda, as palavras <i>demos/dêmos</i>.</p>
<p>FEIURA CAUILA TAOISMO</p>	<p>Não recebem acento gráfico as palavras paroxítonas que têm as vogais tônicas <i>i</i> e <i>u</i> precedidas de ditongo decrescente. Exemplos: <i>feiura</i>, <i>cauila</i>, <i>taoismo</i>, etc.</p>
<p>ARGUIS ARGUI</p>	<p>Não recebe acento agudo ' o <i>u</i> tônico nas formas rizotônicas dos verbos <i>arguir</i> e <i>redarguir</i>.</p> <p>As formas rizotônicas são aquelas que têm a sílaba tônica no radical do verbo. Exemplo: <i>argui</i>.</p>
<p>HÁSTIA VÉSTIA</p>	<p>Foram uniformizados em <i>-ia</i> e <i>-io</i> os substantivos variantes de outros substantivos que terminam em vogal. Exemplos: <i>hástia</i> de haste; <i>vestia</i> de veste.</p>
<p>NEGOCEIO/ NEGOCIO PREMEIO/ PREMIO</p>	<p>Há dupla grafia para alguns verbos terminados em <i>-iar</i> como <i>negociar</i> ou <i>premiar</i>. O uso de uma ou de outra grafia é facultativo.</p>
<p>AVERIGUO AVERÍGUO</p>	<p>Há dupla grafia na acentuação de verbos como <i>averiguar</i>, <i>aguar</i>, <i>apaziguar</i>, <i>apropinuar</i>, etc. Há dois paradigmas possíveis:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Em formas rizotônicas sem acento gráfico com o <i>u</i> tônico: <i>averiguo</i>; 2- Com o <i>i</i> ou o <i>a</i> dos radicais tônicos acentuados desta forma: <i>averíguo</i>, <i>águe</i>.

O USO DO HÍFEN NA NOVA ORTOGRAFIA:	
PARAQUEDAS PONTAPÉ GIRASSOL MADRESSILVA	<p>Com o passar do tempo, algumas palavras que eram compostas deixaram de ser escritas com o hífen e passaram a ser grafadas aglutinadamente como: <i>girassol</i>, <i>pontapé</i> e <i>paraquedas</i> (<i>paraquedista</i>, <i>paraquedismo</i>, etc.).</p>
ponte RIO-NITERÓI ÁUSTRIA-HUNGRIA	<p>O hífen pode aparecer em encadeamentos vocabulares que não são propriamente vocábulos, mas combinações ocasionais de dois ou mais elementos, como:</p> <p>a divisa <i>Liberdade-Igualdade-Fraternidade</i>;</p> <p>o eixo <i>Lisboa-Coimbra</i>;</p> <p>a ponte <i>Rio-Niterói</i>, etc.</p>
COUVE-FLOR BEM-TE-VI JOÃO-DE-BARRO	<p>O hífen é utilizado em palavras compostas que designam espécies botânicas (plantas e frutos) e zoológicas. Exemplos: <i>erva-doce</i>, <i>bem-me-quer</i> (mas <i>malmequer</i>), <i>andorinha-do-mar</i>, <i>formiga-branca</i>, etc.</p>
GRÃO-PARÁ PASSA-QUATRO BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS	<p>Emprega-se o hífen em topônimos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) iniciados por grã e grão: <i>Grão-Pará</i>, <i>Grã-Bretanha</i>; 2) iniciados por verbo: <i>Passa-Quatro</i>; 3) que estejam ligados por artigo: <i>Baía de Todos-os-Santos</i>. <p>Os demais topônimos compostos, como <i>Belo Horizonte</i>, <i>Cabo Verde</i>, etc. são escritos sem hífen. Exceções: <i>Guiné-Bissau</i>, <i>Timor-Leste</i>.</p> <p>Os adjetivos gentílicos derivados de nomes geográficos compostos recebem hífen:</p> <p><i>belo-horizontino</i>, <i>mato-grossense-do-sul</i>, etc.</p>
ANTI-INFLAMATÓRIO AUTO-OBSERVAÇÃO MICRO-ONDAS	<p>Usa-se o hífen quando o primeiro elemento termina por vogal que seja igual àquela que inicia o segundo elemento: <i>eletro-ótica</i>, <i>anti-infeccioso</i>, <i>semi-interno</i>, <i>micro-ondas</i>, etc.</p> <p>Mas, o prefixo <i>co-</i> sempre se une ao segundo elemento, ainda que este comece por <i>o</i> como em <i>cooperar</i>.</p>

AUTOESCOLA ANTIAÉREO HIDROELÉTRICO	Não se usa o hífen se o primeiro elemento terminar por vogal diferente daquela que inicia o segundo elemento como em: <i>autoescola, agroindustrial, aeroespacial, hidroe-létrico, semiárido, extraescolar, neoimperialista, socioeconômico</i> , etc.
CO-, PRO-, PRE-, RE- (átonos) COAUTOR PROCÔNSUL PREENCHIDO REELEIÇÃO	Quando há os prefixos <i>co-, pro-, pre-, re-</i> , estes se ligam ao segundo elemento, mesmo se iniciado por <i>o</i> ou <i>e</i> : <i>coautor, coedição, coabitar, coerdeiro, proativo</i> (ou <i>pró-ativo</i>), <i>propor, procônsul, preeleito</i> (ou <i>pré-eleito</i>), <i>preembrião</i> (ou <i>pré-em-brião</i>), <i>reelaborar, reeditar, reeducação</i> , etc.
PÓS-, PRÉ-, PRÓ- (tônicos) PÓS-GRADUAÇÃO PRÉ-DATADO PRÓ-ATIVO	Usa-se o hífen quando o primeiro elemento termina acen-tuado graficamente: <i>pós-moderno, pré-escolar, pró-britâni-co</i> , etc. Mas, pode haver variação em determinados casos: <i>pós-tô-nico</i> ou <i>postônico, pró-ativo</i> ou <i>proativo</i> , etc.
AUTO-HIPNOSE ANTI-HERÓI SUPER-HOMEM SUB-HUMANO	Usa-se o hífen quando o primeiro elemento termina por <i>vogal, r</i> ou <i>b</i> e o segundo elemento começa com <i>h</i> .
DESUMANO INÁBIL	Não há hífen em vocábulos formados pelos prefixos <i>des-</i> e <i>in-</i> em que o segundo elemento perde o <i>h</i> original: <i>desu-mano</i> (<i>des-</i> + <i>humano</i>).
NÃO FUMANTE QUASE DELITO	Não se usa o hífen com as palavras <i>não</i> e <i>quase</i> com função prefixal: <i>não fumante</i> .
ANTIRRELIGIOSO COSSENO ANTISSOCIAL MINISSAIA	Não se usa o hífen quando o primeiro elemento termina por <i>vogal</i> e o segundo começa por <i>r</i> ou <i>s</i> (estas consoantes devem duplicar-se): <i>suprarrenal, minissaia, contrassenha, microssistema, macrorregião, antessala, neorromano</i> , etc.
INTER-RACIAL AD-DIGITAL SUB-BASE	Usa-se o hífen quando o primeiro elemento termina por consoante igual à que inicia o segundo elemento: <i>super-re-vista, inter-racial, ad-digital</i> , etc.

<p>-AÇU (= grande) -GUAÇU (= grande) -MIRIM (= pequeno) ANDÁ-AÇU AMORÉ-GUAÇU CEARÁ-MIRIM</p>	<p>Usa-se o hífen nas palavras terminadas por sufixos de origem tupi-guarani (que representam formas adjetivas), quando o primeiro elemento termina por vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia leva à distinção gráfica dos dois elementos: <i>capim-açu, amoré-guaçu, anajá-mirim</i>, etc.</p>
<p>CIRCUM-HOSPITALAR PAN-AMERICANO</p>	<p>Usa-se o hífen quando o primeiro elemento termina por <i>m</i> ou <i>n</i> e o segundo elemento começa por <i>vogal, h, m</i> ou <i>n</i>: <i>pan-americano, circum-hospitalar, pan-mágico, pan-negritude</i>, etc.</p>
<p>EX-, SOTA-, SOTO-, VICE-, VIZO- (indicando estado anterior ou cessamento) EX-PRESIDENTE SOTA-CAPITÃO SOTO-ALMIRANTE VICE-REITOR VIZO-REI</p>	<p>Usa-se o hífen quando o primeiro elemento é um dos seguintes prefixos que indicam anterioridade ou cessação: <i>ex-, sota-, soto-, vice-, vizo-</i>. Exemplos: <i>ex-diretor, sota-capitão, soto-almirante, vice-reitor, vizo-rei</i>.</p>
<p>HIPER, INTER, SUPER HIPER-REALISTA INTER-HELÊNICO SUPER-HOMEM</p>	<p>Usa-se o hífen quando o primeiro elemento é uma das seguintes formas: <i>hiper-, inter-, super-</i> e o segundo elemento inicia-se por <i>h</i> ou <i>r</i>. Exemplos: <i>hiper-rancoroso, hiper-reativo, inter-helênico, inter-hemisférico, super-homem, super-regeneração, super-realização</i>, etc.</p>
<p>BEM-ESTAR MAL-HUMORADO</p>	<p>As palavras começadas por <i>bem-</i> e <i>mal-</i> :</p> <p>a) têm hífen se a palavra seguinte começar por <i>vogal</i> ou <i>h</i>. Exemplos: <i>bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado</i>.</p> <p>Mas, <i>bem-</i> pode vir aglutinado: <i>benfazejo, benfeitor, benquerença</i>, etc.</p> <p>b) <i>mal-</i> pode não ter hífen: <i>malcriado, malditoso, malfalante, malvisto</i>.</p>

AS CONSOANTES MUDAS	
FICÇÃO PACTO RAPTO	Uso obrigatório: Quando não há oscilação na pronúncia culta da língua, o uso das consoantes mudas é obrigatório: <i>erupção, apto, ficção</i> , etc.
FACTO/FATO AMÍGDALA/AMÍDALA SUBTIL/SUTIL	Uso facultativo: Se houver oscilação na pronúncia culta da língua (restrita ou geral), o uso das consoantes mudas é facultativo: <i>facto/fato; amígdala/amídala; subtil, sutil</i> , etc. Observação: foram retiradas as consoantes que são invariavelmente mudas nas pronúncias cultas da língua: <i>acionar</i> (e não <i>accionar</i>), <i>Egito</i> (e não <i>Egipto</i>), <i>coleção</i> (e não <i>colecção</i>), etc., que eram mais comuns na escrita do português europeu.

JUSTIFICATIVA DA NOVA ORTOGRAFIA COM UM PEQUENO HISTÓRICO

Luciana Mercês Ribeiro SANTOS

As novas regras ortográficas vigentes resultam da proposta de unificação e simplificação do sistema gráfico que “se quer mais simples, coerente e científico” segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2009, p.51, Nota Explicativa)².

A proposta abrange questões diplomáticas, educacionais e políticas além-fronteiras por buscar “a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional” (VOLP, 2009, p.13), juntamente com a facilitação do intercâmbio cultural.

Assim, para unificar a ortografia, formalizou-se o acordo entre os seguintes oito países, cuja língua oficial é o português: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Estes países fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1997.

O propósito da unificação baseia-se, ainda, na padronização. Não se buscou uma reforma profunda na essência da ortografia.

A proposta da unificação não tem origem atual, pois, já em 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa haviam elaborado um projeto de reforma ortográfica visando à unificação em seu Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro. Esse acordo, no entanto, não prosperou, assim como falhou, novamente, em 1945, quando o projeto voltou à tona na *Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*.

Posteriormente, houve novos esforços que resultaram na idealização de uma nova proposta de unificação, em 1986, e no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em 1990, que finalmente foi aprovado e hoje é oficial.

Como a ortografia da Língua Portuguesa é ratificada pela força da lei, a unificação ortográfica entre os países lusófonos foi difícil, uma vez que eles precisariam formalizar a situação ortográfica pelos trâmites legais a fim de que as novas regras ortográficas passassem a valer de fato.

Nesse contexto, outro desafio importante foi elaborar um vocabulário ortográfico comum à lusofonia e capaz de respeitar as diferenças vocabulares existentes, por exemplo, inserindo duplas grafias como *económico*, em Portugal, e, *econômico*, no Brasil. Dessa forma, o novo acordo esforçou-se para criar um vocabulário consensual (quando possível).

A Língua Portuguesa é a sexta língua mais falada no mundo (tendo por volta de 240 milhões de falantes) e a sua escrita não é historicamente uniforme (nem mesmo em Portugal). A

² E, ainda, segundo a Comissão de Lexicologia e Lexicografia da ABL (Academia Brasileira de Letras).

primeira reforma ortográfica em Portugal ocorreu apenas em 1911, após quase nove séculos de práticas de escrita.

A ortografia está presente nas mais diversas esferas sociais em que a escrita é um recurso indispensável. Por isso, fazer reformas ou acordos ortográficos pode implicar na geração de polêmicas e conflitos, uma vez que variadas instâncias da sociedade estão envolvidas nesse processo. Na Literatura, na Linguística, na Política, na Mídia, por exemplo, surgiram pessoas favoráveis ou contra a unificação e a nova ortografia. Em Portugal, inclusive, houve protestos e petições contra o Acordo Ortográfico (entregues ao Parlamento Português).

Tudo isso exemplifica o envolvimento da sociedade com a questão da ortografia. Contudo, essas polêmicas e debates não serão explorados nesta pequena apresentação, mas podem ser estudadas por meio da bibliografia e do texto que finaliza esta exposição.

O aspecto historiográfico da nova ortografia, por sua vez, também merece ser destacado, já que ajuda a situar o leitor para a compreensão dessa questão ortográfica em relação às suas origens e direcionamentos.

A primeira reforma ortográfica da Língua Portuguesa de 1911 trouxe uma novidade estrutural que, em parte, se tem buscado manter nas reformas que lhe seguiram: a simplificação do sistema gráfico acompanhada de cientificidade.

Em 1911, formou-se, em Portugal, uma plêiade de Filólogos, Romanistas, Linguistas, enfim, diversos estudiosos (como Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Francisco Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, António Cândido de Figueiredo, entre outros) para decidir os rumos da ortografia em um período de profundas reformas sociais e culturais em Portugal e na Europa.

A obra *Ortografia Nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas* (1904) de A. R. Gonçalves Viana destacou-se nessa mudança de paradigmas. Rolf Kemmler (2001, p.267) afirma:

[...] o ilustre romanista Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) conseguiu influenciar a situação ortográfica portuguesa, de tal maneira que levou finalmente a língua a uma normalização ortográfica que serviria de base a todas as reformas posteriores.

A influência decisiva de Gonçalves Viana na primeira reforma ortográfica portuguesa, juntamente com outros estudiosos importantes supracitados, foi realizada no sentido da simplificação do sistema gráfico sob a égide científica positivista portuguesa (SANTOS, 2016).

Sem maiores debates, essa ideia da simplificação foi preservada ao longo das reformas ortográficas que se sucederam ao Gonçalves Viana. Já a unificação³ passaria por muitos embates até ser firmada entre os países lusófonos.

³ Gonçalves Viana era contra a unificação ortográfica entre Portugal e Brasil porque a base fonológica que ele utilizou para elaborar o seu projeto de ortografia publicado na *Ortografia Nacional* (1904) refere-se unicamente à pronúncia culta do eixo Lisboa-Coim-

No Brasil, em 1915, a Academia Brasileira de Letras buscou um equilíbrio entre a ortografia portuguesa de 1911 com a que era praticada aqui. Contudo, houve divergências e, somente em 1931, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras fizeram um acordo preliminar para harmonizar as ortografias. Mas, na prática, isso não ocorreu, de modo que Portugal publicou o seu Vocabulário Ortográfico em 1940, enquanto o Brasil publicou outro em 1943, mantendo as divergências.

A questão da reforma ortográfica voltou a ser discutida entre esses países em 1975, mas Portugal não avançou nesse diálogo devido a problemas políticos por que passou naquele momento (a Revolução dos Cravos, a independência de suas colônias africanas, entre outras questões sociais e políticas).

Em 1986, houve outra negociação promovida pelo presidente brasileiro José Sarney, mas sem sucesso.

A questão da unificação ortográfica apenas começou a ser efetivamente resolvida a partir de 1990, quando os países lusófonos assinaram o acordo em um novo cenário global de integração entre as nações. A criação da CPLP, mencionada anteriormente, sinaliza isso.

Em janeiro de 1994, esperava-se que o acordo entrasse em vigor, mas diversas questões fizeram com que esse processo não se completasse. Desse modo, apenas em 2008, finalmente ocorreu o acordo ortográfico da Língua Portuguesa entre Brasil, Portugal e mais seis países.

Esse acordo entrou em vigor em 2009, com o período de adaptação finalizado em 2016. A partir desta data, as produções editoriais, os concursos públicos, os documentos oficiais e demais produções escritas ficaram sujeitas ao Decreto nº 6.583/08, da nova ortografia.

Pode-se consultar o VOLP *on line* para esclarecer possíveis dúvidas sobre a escrita ortográfica das palavras e demais questões atinentes à nova ortografia.

REFERÊNCIAS

KEMMLER, R. *Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911*. *Lusorama*, Frankfurt, n.47-48, p.128-319, out. 2001.

SANTOS, L. M. R. *Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914): o linguista em seu tempo*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2016. No prelo.

VIANA, A. R. G. *Ortografia nacional: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA [VOLP]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>

bra para o qual ele fez um estudo dialetal sofisticado e publicado em: *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d'après le dialecte actuel de Lisbonne* (1883), segundo Santos (2016).

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, G. V.; VIANNA, A. R. G. *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Global, 2009.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1940.

ACORDO Ortográfico da Língua Portuguesa. 2009. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/O%20Acordo%20Ortoogr%C3%A1fico%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa_anexoI%20e%20II.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BARONAS, R. L. (Org.). *Do Acordo à Reforma Ortográfica: reflexões linguísticas e discursivas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

CAGLIARI, L. C. *Aspectos teóricos lingüísticos da ortografia*. Araraquara, 2004. 225f. Material cedido pelo autor. Não publicado.

CATACH, N. *L'orthographe*. Paris: PUF, 1978.

CRUZ, E. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa: ortografia oficial, segundo as bases do acordo realizado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1934.

DIACRONIA. Disponível em: <<http://www.diacronia.de/>>. Acesso em: 10 maio 2013.

GONÇALVES, M. F. *As idéias ortográficas em Portugal de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

INSTITUTO CAMÕES. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MATEUS, M. H. M. Sobre a natureza fonológica da Ortografia Portuguesa. *Estudos da Língua (gem) Questões de Fonética e Fonologia*, Vitória da Conquista, n.3, p.159-180, jul. 2006.

RIBEIRO, L. M. *Estudo das fricativas coronais da Língua Portuguesa: da fonética à ortografia e da ortografia à fonética*. 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

VIANA, A. R. G. *Estudos de fonética portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.

_____. *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa*: conforme a Ortografia nacional do mesmo autor. Lisboa: Classica, 1909.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO COMUM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://voc.iilp.cplp.org/>>. Acesso em: 20 maio 2013.

REFLEXÃO ACERCA DA NOVA ORTOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO OFICIAL⁴

Luiz Carlos CAGLIARI

Alguns aspectos teóricos

As reformas ortográficas têm sido feitas sem o conhecimento científico do que vem a ser a ortografia, daí uma série de equívocos. Alguns comentários são apresentados a seguir:

1) mudar a ortografia não facilita a vida de ninguém, porque a ortografia não representa a fala de ninguém. É simplesmente uma representação gráfica que permite a leitura. Não vou ler Camões na pronúncia dele, mas na minha. Se cada um faz isso, e isso é o que acontece, a ortografia não representa a pronúncia de ninguém.

2) Unificar a ortografia é um equívoco porque, apesar de seguir regras de uso, tiradas de uma tradição, a ortografia, como a linguagem, em geral, sofre de transformações no tempo e no espaço. Certamente, a escrita sofre muito menos transformações do que a fala, por isso dá a impressão de que é quase imutável. Mas, a história da ortografia de todas as línguas mostra que isto não é verdade. Veja, por exemplo, nos computadores, nos corretores ortográficos, quanto de variação existe para línguas como o Inglês, o Francês, etc. A Língua Inglesa tem uma ortografia (tradicional) britânica e uma ortografia (tradicional) americana. Então, por que precisamos ter apenas um modelo? Se eles se viram bem assim, por que precisamos criar problemas desnecessários. Os problemas diplomáticos atingem somente a Língua Portuguesa? Ou é um falso problema?

3) Com relação as ações tomadas: pôr ou tirar trema não representa grande coisa. Na verdade, não precisaríamos de nenhum sinal além das letras, nem acento, nem trema. Na situação atual o til seria útil, mas há outros modos (antigos) que mostram que a Língua Portuguesa poderia ser escrita também sem o til. O mesmo vale para o Ç. O Inglês não tem sinais diacríticos e não cria problemas aos usuários (e facilita o uso de computador). Com relação ao hífen: em vez da grande confusão que foi colocada nas bases (regras), não poderia haver apenas uma que dissesse que palavras compostas por composição levam hífen, as demais ou se escrevem juntas (com prefixos) ou separadas (quando há preposição). Não é a escrita que categoriza as palavras, mas a estrutura da língua.

4) As reformas ortográficas ajudam os usuários, principalmente na alfabetização. Isso não é verdade, porque os usuários (todos) precisam saber de cór como se escrevem as palavras. Simplesmente observando a fala e as letras não é possível saber, porque as pessoas variam na pronúncia, mas a escrita é fixa. Por outro lado, algumas letras têm o mesmo som, mas não podem ser usadas umas ou outras: casa, caza, caxa, quasa, xeque, cheque, lápis, laps, etc. Quem fala “encontremu”, “pobrema”, não vai achar fácil escrever “encontramos”, “problema”. Uma pessoa que fala “indjiu” “tchia” não encontra no alfabeto uma letra para esses sons. As pessoas escrevem “índio”, “tia”

⁴ Apontamentos sobre a reforma ortográfica resultante do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP), assinado inicialmente em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990 (Decreto Nº 6583 – onde constam as novas bases), com as modificações posteriores e que foi transformado em Decreto de Nº 6.586, de 29 de setembro de 2008, o qual dispõe sobre a implementação do AOLP no Brasil. Texto elaborado em 2008.

porque sabem que é assim que se escreve, não porque escrevem como falam.

5) A questão diplomática exige um padrão. Como acontece com outras línguas, bastaria aceitar que as duas ortografias que existem para a Língua Portuguesa (Portugal e Brasil) sejam aceitas como ortografias oficiais. Com isso, nenhuma mudança se justificaria.

6) O grande erro da Língua Portuguesa é transformar a ortografia em objeto de lei. Com isso, todos ficam obrigados legalmente a cumprir a lei. Ninguém pode errar na grafia, porque comete uma contravenção penal. As pessoas ignorantes que escrevem placas com grafias erradas cometem um crime, não apenas um erro ortográfico. O mesmo vale para quem fizer propagandas sem respeitar a grafia das palavras. Uma vez aprovada a lei, todos são obrigados a seguir e não há desculpas pessoais justificáveis.

7) A reforma traz sérias consequências para pequenas editoras que precisam rever os livros que publicaram, com gastos extras. O mesmo acontece com os programas de corretores ortográficos. Os livros serão substituídos sem necessidade real, apenas para cumprir o que manda a lei. A reforma não beneficiou ninguém (os dicionaristas), apenas complicou a vida de todos.

8) As reformas ortográficas mudam as pronúncias. Obviamente, isto não acontece diretamente. Não é porque se escreve “linguiça” sem o trema que se omite o U na pronúncia. Raros são os casos em que a escrita de uma palavra influencia a sua pronúncia, por exemplo, na palavra “tóxico” que passou a ser pronunciada por alguns como “tóchico”.

9) As regras ortográficas não são feitas para o povo, mas para os eruditos que terão a incumbência de transformar as regras em palavras com grafias específicas. Isso vai para um Vocabulário geral que será a obra de referência sobre a ortografia da língua. É por essa razão que as regras ortográficas nem sempre são exatas, porque os eruditos não sabem o que fazer, em certos casos, por exemplo, que envolvem etimologia e forma popular de uso: qual prevalece? Ora uma, ora outra, dependendo do gosto do erudito.

Decretos e datas de implantação

No Brasil, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, com as modificações posteriores, foi transformado em Decreto Nº 6583, assinado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva e por Celso Luiz Nunes Amorim, em 29 de setembro de 2008, na Academia Brasileira de Letras. O Decreto foi publicado no Diário Oficial da União, Brasília, em 30 de setembro de 2008, Ano CXLV Nº 189, Seção 1, pág. 1-9. ISSN 1677-7042.

No Anexo I, consta o Acordo Ortográfico de 1990. No Anexo II, consta uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), em que aparecem as justificativas e o que o novo acordo iria modificar. Em seguida, vem o Decreto II, Nº 6.584, de 29 de setembro de 2008 que promulga o protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998. Em seguida, vem o Decreto 6.585 de 29 de setembro de 2008 que dispõe sobre a execução do segundo protocolo modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004. O protocolo foi decidido na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 26 e 27 de julho de 2004.

O Decreto 6.586 de 29 de setembro de 2008 dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

De acordo com os decretos acima, as novas regras do Acordo Ortográfico começam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2009. Até 2012, a ortografia antiga será permitida em concursos

públicos, vestibulares, provas escolares, livros, na imprensa, em geral. A partir de janeiro de 2013 serão corretas apenas as novas grafias das palavras. Até o final de 2009, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) – MEC irá substituir os dicionários nas escolas públicas (cerca de 10 milhões de livros – cerca de 90 milhões de reais). A partir de 2010, os alunos do Ensino Fundamental Básico (de 1ª à 5ª séries) passarão a ter os livros didáticos com a nova ortografia. A partir de 2010, todos os livros didáticos adquiridos pelo governo deverão adaptar-se à nova ortografia.

No Brasil, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990 (Decreto Nº 6583 – em que constam as novas bases), com as modificações posteriores, foi transformado em Decreto de Nº 6.586, de 29 de setembro de 2008, o qual dispõe sobre a implementação do AOLP.

O Acordo Ortográfico deverá ser implementado por todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 6583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 set. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

_____. Decreto n. 6584, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 set. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6584.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

_____. Decreto n. 6585, de 29 de setembro de 2008. Dispõe sobre a execução do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 set. 2008c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6585.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

_____. Decreto n. 6586, de 29 de setembro de 2008. Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 set. 2008d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6586.htm>. Acesso em: 08 abr. 2016.

UM GUIA SUCINTO DAS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES

1. Ditongos abertos em EI e OI de paroxítonas, perdem o acento: jiboia, ideia (se a palavra for oxítona, leva acento: herói, réis).
2. Perdem o acento o I e o U de paroxítonas precedidas de ditongo: feiura baiuca.
3. Forma verbal do tipo: averigue e apazigue (U tônico, mas não acentuado).
4. para, pera, pola, polo, pela, pelo: acento diferencial não está mais em uso.
5. Não se usa hífen diante de R ou S, ficando RR e SS: antirreligioso, antissemita, contrarregra, Exceção: se o prefixo acabar em R: hiper-, super-, inter-. Quando o prefixo acabar com vogal e a palavra seguinte começar com vogal diferente, não se usa o hífen: autoescolar, aeroespacial, autoestrada.
6. O alfabeto passará a ter 26 letras com K W Y (ficou faltando o Ç)
7. Grafia correta: vêm, têm (3ª pess. pl.) e vem, tem (3ª pess. sing.). Não se usam mais as grafias *vêem, têem, detêem, provêem*. Nova grafia para *creem, veem* (sem acento).
8. Nova grafia: voo, enjoo (sem acento).

Começam a surgir as críticas aos resultados propostos

Muitas pessoas (escritores, linguistas, professores, editores, jornalistas, etc.) criticaram a reforma, apresentando argumentos de vários tipos. Há também muitos que acharam a reforma ortográfica muito boa e oportuna. Os argumentos também variam.

As duas primeiras tentativas de aplicação da reforma ortográfica apareceram nos mini-dicionários Houaiss (ed. Objetiva) e Aurélio (ed. Positivo). E já surgiram contradições. Alguns casos:

<i>Não reformada</i>	<i>Dic. Houaiss</i>	<i>Dic. Aurélio</i>
pára-raios	para-raios	pararraios
sub-reptício	sub-reptício	subreptício
pára-lama	para-lama	paralama

A regra: não se usa o hífen em palavras “quando se perdeu, em certa medida, a noção de composição (ex: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.)”. O problema: como saber quando se “perdeu a noção de composição” ??

Atenção: duas regras em conflito na palavra *destróier*. O acento ocorre porque as paroxítonas terminadas em R recebem acento (âmbar, éter) e a regra que aboliu o acento nas paroxítonas com ditongo aberto OI não se aplica. Ou é o contrário: a palavra *destróier* não leva acento e a regra do R final não se aplica, porque foi aplicada a regra do OI aberto?

As soluções definitivas aparecerão em 2009, quando a Academia Brasileira de Letras publicar o novo Vocabulário Ortográfico.

Resumo didático das regras (bases com seus títulos)

A grande maioria das palavras continuará a ser escrita como antes. Alguns casos são de fácil assimilação: não uso do trema; não uso de acento nas paroxítonas com ÓI e ÉI; não uso do acento em I e U de hiato, quando vierem depois de ditongos: feiura. O grande problema é o uso do hífen. Neste caso, há muitas regras novas. O resumo apresentado abaixo tirou do documento oficial apenas os casos mais gerais e de maior interesse, às vezes, apenas com exemplos.

BASE I:

DO ALFABETO E DOS NOMES PRÓPRIOS ESTRANGEIROS E SEUS DERIVADOS

Nomes estrangeiros devem ser escritos a partir da grafia na língua de origem. Nestes casos podem aparecer as letras K, W e Y: Franklin – frankliniano; Darwin – darwinism; Byron – byroniano, Kwait, Shakespeare – shakespeariano, etc.

Nomes bíblicos podem ter a grafia antiga ou nova: Baruch ou Baruc; Jacob ou Jacó, etc.

BASE II:

DO H INICIAL E FINAL

O H ocorre pela etimologia, em palavras compostas separadas por hífen: anti-higiênico, pré-história. Mas não ocorre se formar sílaba com a palavra anterior: desarmonia, desumano.

BASE III:

DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS

Algumas letras representam um mesmo som e, portanto, é preciso saber em quais palavras ocorrem:

X – CH	eixo, puxar, chiste, pechincha
J - G	jiboia, laranjeira, gengiva, herege
Ç - X - SS - S - C	dançar, máximo, atravessar, valsa, alicerce
Z - S - X	defesa, exhibir, buzina

Z só ocorre diante de –mente:

infelizmente, velozmente (cf. mesmo)

Final de palavras: S, Z ou X

quis, arroz, tórax

BASE IV:

DAS SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS

Nas palavras em que aparecem CC CÇ CT PC PÇ PT, se a duas consoantes são pronunciadas, ambas são escritas. Caso contrário, a primeira não é escrita. friccionar, convicção, compacto, pacto, erupção, adepto

BASE V:

DAS VOGAIS ÁTONAS

“Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente e e i ou o e u em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se e ou i, se o ou u. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:”

- a) terminação EIA: aldeia,
- b) terminações IANO, IENSE: Camoniano,
- c) escreve-se IO, IA (átonas) em vez de EO, EA:
- d) verbos em EAR : cear (ceia), falsear. Porém: negociar (negoceio ou negocio)
- e) verbos em OAR (acento no O: abençoar) em UAR (acento no U: acentuar)

BASE VI:

DAS VOGAIS NASAIS

Vogais nasais:

Final de palavra: ã (til só com ã): lá, clarim, clarins, tom, sons

Dentro de palavras: cristãmente, maçãzita.

BASE VII:

DOS DITONGOS

Ditongos se escrevem com vogal mais I ou U

Exceção: nomes com ao, aos, Caetano

Usa-se o ditongo UI e não UE, AE em final de verbos: retribui, influi, cai

As seguintes vogais finais ea, eo, ia, ie, io, oa, ua, ue, uo não formam ditongos (são hiatos):
exímio, mágoa, míngua, tênue, tríduo, áurea, áureo, calúnia, espécie,

Ditongos nasais com til: **ÁE** (mãe); **ÁI** meio de palavra (cáibra); **ÃO** (mão); **ÕE** (orações)
– mãozinha, oraçõezinhas.

Ditongos nasais se escrevem com Vogal + M, se forem átonos: amam, homem, devem. Se forem tônicos, recebem acento: convém, mantêm, desdém, desdéns

BASE VIII:

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS OXÍTONAS

Acentuam-se: -á, -é, -ó: está, pé, só; -ê, -ô: bidê, avô, (mesmo seguidos de S): adorá-lo(s), dá(s)-la(s), habitá-la(s)-iam, anéis, céus, sóis, chapéu, corrói, compô-la(s), repô-la(s), pô-la(s), colher (ê) , colher (é), por e pôr (verbo)

BASE IX:

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PAROXÍTONAS

Não se acentua mais: voo, enjoo, abenço

Não se usa acento em: para, pela, pelo, polo

São acentuadas se a palavra

- a) terminas em L, N, R, X, PS: amável (amáveis), hífen, açúcar, córtex, bíceps, cônsul, cânon,
- b) as terminadas em vogal nasal ou ditongo **ão, õe**: órfã, órfão – bênção,
- c) as terminadas em ditongo **EI**: jóquei, amáveis, fôreis (ver ser e ir)
- d) as terminadas em **I**: júri, júris, oásis,
- e) as terminadas em **UM** ou **U**: álbum, álbuns, vírus

Não se acentuam graficamente os ditongos representados por **EI** e **OI** da sílaba tônica das palavras paroxítonas: assembleia, ideia, alcaloide, apoio (do verbo apoiar), tal como apoio (subst.), heroico, jiboia, paranoico,

Usam-se *têm* e *vêm*, quando representam a 3ª pessoa do plural e usa-se *tem* e *vem* para a 3ª pessoa do singular. As palavras derivadas seguem esse modelo: detém (sing.) detêm (pl); intervém (sing.) intervêm (pl.). Não se usam mais as grafias *vêem*, *têem*, *detêem*, *provêem*.

Nos outros verbos em EE, não se usa o acento: creem, deem, leem

A palavra *pôde* leva acento para ficar distinta de *pode*.

BASE X:

DA ACENTUAÇÃO DAS VOGAIS TÔNICAS/TÔNICAS GRAFADAS I E U DAS PALAVRAS OXÍTONAS E PAROXÍTONAS

São acentuadas:

Quando as vogais I e U formam hiato com uma vogal precedente: aí, baú, Luís, país, alaúde, ciúme, sanduíche. cf. atraí-los, possui-la

Não são acentuadas:

- a) Se formarem sílaba com a consoante seguinte (exceto S): ruim, ainda, oriundo, atrair, juiz
- b) Seguidos de NH: rainha, moinho
- c) Se houver ditongo antes, não ocorre acento depois: baiuca, a não ser se a palavra for oxítona: Piauí, tuiuiú. (*cauim* não leva acento porque acaba em M)
- d) não leva acento: distraiu, instruiu (ditongo final)
- e) não levam acento: aguo, averiguo, averiguo (com a tonicidade em U), (averíguo, enxáguas)

BASE XI

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PROPAROXÍTONAS

As palavras proparoxítonas levam acento: república, lâmpada. Também levam acento quando a palavra termina por um ditongo crescente (ou hiato): enciclopédia, série; lírio, mágoa, língua; vácuo, amêndoa, argênteo, Mântua.

Se a sílaba for seguida de M ou N o acento é agudo ou grave, conforme a pronúncia: Antônio / António, fenômeno / fenómeno, gênero / género; gênio / génio (a pronúncia aberta é típica de Portugal e a fechada é típica do Brasil).

BASE XII

DO EMPREGO DO ACENTO GRAVE

Ocorre acento grave nas formas contraídas de A + A ou AQUELE, OUTRO... àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

BASE XIII

DA SUPRESSÃO DOS ACENTOS EM PALAVRAS DERIVADAS

Não ocorre acento nas formas compostas: espontaneamente (de espontâneo), portuguesamente (de português); anezinhos (de anéis), avozinha (de avó).

BASE XIV

DO TREMA

O trema não é usado (aguentar, bilíngue (ou bilingue), linguista, tranquilo,) exceto em nomes estrangeiros: hübneriano, de Hübner, mülleriano, de Müller, etc.

BASE XV

DO HÍFEN EM COMPOSTOS, LOCUÇÕES E ENCADEAMENTOS VOCABULARES

Usa-se o hífen em palavras compostas (justaposição – cada palavra mantém seu acento): ano-luz, arco-íris, decreto-lei, médico-cirurgião, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Se houver apenas um acento, não ocorre hífen: girassol, madressilva, pontapé, paraquedas, paraquedista,

Usa-se o hífen em topônimos com Grã(o), verbo ou artigo

Grã-Bretanha, Grão-Pará; Passa-Quatro, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Trás-os-Montes. Nos outros casos, não se usa hífen: América do Sul, Belo Horizonte,

Cabo Verde, Castelo Branco. O topônimo Guiné-Bissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

Usa-se o hífen em palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas: couve-flor, erva-doce, feijão-verde; formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, bem-te-vi.

Palavras começadas por BEM- e MAL- :

- a) têm hífen se a palavra seguinte começar por vogal ou H: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado.
- b) BEM- pode vir aglutinado: benfazejo, benfeitor, benquerença, etc.
- c) com MAL- pode não ter hífen: malcriado, malditoso, malfalante, malvisto.

Usa-se o hífen com além, aquém, recém e sem: além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha.

Nas locuções, não se emprega o hífen (com raras exceções consagradas pelo uso): cão de guarda, fim de semana, sala de jantar; cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho. Exceções: água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa).

Usa-se hífen em encadeamento de palavras: a divisa Liberdade-Igualdade-Fraternidade, a ponte Rio-Niterói, o percurso Lisboa-Coimbra-Porto, a ligação Angola-Moçambique, Austria-ungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro.

BASE XVI

DO HÍFEN NAS FORMAÇÕES POR PREFIXAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E SUFI-XAÇÃO

Nos casos de prefixos e equivalentes (ante-, anti-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra, aero-, agro-, arqui-, auto-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto, pseudo, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen se o segundo elemento começa por H: anti-higiênico, co-herdeiro, pré-história, super-homem, neo-helênico, pan-helenismo, semi-hospitalar.

Com de- e in-, pode não ocorrer o hífen nem o H: desumano, desumidificar, inábil, inu-mano.

Usa-se o hífen

- a) se ocorrerem duas vogais iguais (exceto com co-): anti-ibérico, contra-almirante, infra-axi-lar, supra-auricular; arqui-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno; coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar.
- b) quando houver M.N ou R.R: circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africa-no, pan-mágico, pan-negritude. hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.
- c) com ex-, vice-: ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira, ex-presidente, ex-primeiro-ministro, vice-presidente, vice-reitor.
- d) com pós-, pré- e pró-: usa-se hífen se a palavra seguinte for acentuada: pós-graduação, pós-tônicos (mas pospor); pré-escolar, pré-natal (mas prever); pró-africano, pró-europeu (mas pro-mover).
- e) com -açu, guaçu e -mirim: capim-açu, Ceará-Mirim

Não se emprega o hífen:

- a) na sequência Vogal + S ou R; fica: Vogal + SS ou RR: antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, cosseno, extrarregular, infrassom, minissaia, microssistema, microrradiografia.
- b) na sequência Vogal + Vogal de diferente qualidade: antiaéreo, coeducação. extraescolar, ae-roespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.

BASE XVII

DO HÍFEN NA ÊNCLISE, NA TMESE E COM O VERBO HAVER

Usa-se o hífen em amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos. eis-me, ei-lo; no-lo, vo-las.

Não se emprega o hífen: hei de, hás de, hão de, etc.

BASE XVIII

DO APÓSTROFO

Usos: Sant'Ana, Santana, Santa Ana

horda-d'água, cobra-d'água, copo-d'água, estrela-d'alva,

galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, paud'óleo.

Expressões como *de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas* podem ser escritas também com apóstrofo: d'Os Lusíadas, n'Os Lusíadas, pel'Os Lusíadas

Usa-se o apóstrofo para dar ênfase, se a expressão começar com letra maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, (cf. O = Deus).

Em construções de infinitivo não se usa o apóstrofo nem a forma integrada: a fim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o fato de o conhecer; por causa de aqui estares.

BASE XIX

DAS MINÚSCULAS E MAIÚSCULAS

Uso das letras maiúsculas:

Nos nomes próprios, instituições, nomes de festas, abreviaturas dos pontos cardeais, siglas: Branca de Neve, D. Quixote, Lisboa, Luanda, Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social. Natal, Páscoa, FAO, NATO, ONU; H2O, Sr., V. Ex^a.

Variantes (opcionais): rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões, igreja ou Igreja do Bonfim, palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha, senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o Cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).

Uso das letras minúsculas: domínios do saber, disciplinas, línguas, dias da semana, meses: segunda-feira; outubro; primavera.

Nas citações bibliográficas somente a primeira palavra e os nomes próprios são escritos com maiúsculas – as demais com minúsculas: O Senhor do paço de Ninães, O Senhor do paço de Ninães, Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e Tambor.

“Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, biológica, botânica, zoológica etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.”

BASE XX

DA DIVISÃO SILÁBICA

- a) a divisão silábica se faz pela soletração (ca-cho, ma-lha, má-xi-mo, ó-xi-do)
- b) partição de palavras com hífen no fim da linha: sub-luna, cele-brar, du-plicação, a-fluir, de-glutição, a-tlético, a-fluir,
- c) são divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos: ab-dicar, op-tar, sub-por, ab-soluto, ad-jetivo, af-ta, diafrag-ma, ét-nico, ritmo, cor-roer, as-segurar, contex-to, ins-crição, subs-crever, trans-gredir; abs-tenção, inters-telar,
- d) os ditongos se mantêm, os hiatos podem se separar: cadei-ra, insti-tui, ora-ção, ala-úde, áre-as, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo-as, vo-os. sa-ída, sa-úde, ambí-guo, averi-gueis; longín-quos, lo-quaz, quais-quer.
- e) deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: serená- -los-emos ou serená-los- -emos, vice- -almirante.

BASE XXI

DAS ASSINATURAS E FIRMAS

“Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome. Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.”

Exemplos de algumas palavras com a regra ortográfica

retribui, influi	nos verbos usa-se o I (não retribue)
pôr	leva acento porque é oxítono tônico (cf. por prep.)
voo	OO não leva acento (nova grafia)
para, pelo, pera	não levam acento diferencial (nova grafia)
pôde, pode	distinção com acento (mantido)

hífen	paroxítona terminada em N
amável	, cônsul paroxítona terminada em L
açúcar	paroxítona terminada em R
córtex	paroxítona terminada em X
bíceps	paroxítona terminada em PS
órfã	paroxítona terminada em Ã
órfão	paroxítona terminada em ãO
jóquei, fôreis	paroxítona terminada em EI
júri	paroxítona terminada em I
vírus	paroxítona terminada em U
álbum, álbuns	paroxítona terminada em UM
heroico	não leva acento: paroxítona com OI aberto
herói	leva acento: oxítona terminada em OI aberto
destróier	paroxítona terminada em R
ideia	não leva acento: paroxítona com EI aberto
papéis	leva acento: oxítona terminada em EI aberto
têm, tem; vêm, vem	têm (3ª pess. pl.); tem (3ª pess. sing.) (nova grafia)
têem, vêem, lêem	não se usa mais essa grafia
crêm, provêm, lêem	3ª pess. pl. (nova grafia)
convem, obtem	sem acento (nova grafia)
atinjo, atingir	variação do J e G (infinitivo é com G)
linguiça	não se usa mais o trema
àquela, àquilo	a + aquela, a + aquilo
feiura	paroxítona U precedida de ditongo
averigue	U tônico ... sem acento (nova grafia)
antirreligioso	sem hífen com RR (anti...)
contrarregra	sem hífen com RR (contra...)

antissemita	sem hífen com SS (anti...)
infrassom	sem hífen com SS (infra...)
hiper-ativo	com hífen (prefixo acaba em R)
super-ativo	com hífen (prefixo acaba em R)
inter-clubes	com hífen (prefixo acaba em R)
autoescola,	encontro de vogais diferentes (cf. O-A)
autoestrada	encontro de vogais diferentes (cf. O-A)
aeroespacial	encontro de vogais diferentes (cf. O-A)
convicção	CÇ se o C for pronunciado (C não muda)
recepção	PÇ se o P for pronunciado (Brasil)
adepto	PT se o P for pronunciado
negoceio, negocio	do verbo negociar (- IAR)
ele falseia	do verbo falsear (-EAR)
cristãmente	de cristã (com til)
homogeneamente	de homogênea (perde o acento)
portuguesmente	de português (perde o acento)
tênuê, áurea	paroxítone terminada em hiato (cf. U-E, E-A)
mágoa	paroxítone terminada em hiato (cf. O-A)
cãibra, mãozinha	ditongo nasal dentro de palavra
amaram	V+M final átono
amarão	Ditongo ão final tônico
homem, homens	paroxítone (regra geral) sem acento
convêm, desdêm	EM tônico em final de palavra (oxítone)
baú, país	I ou U formam hiato com uma vogal precedente
atraí-los, possui-la	I ou U formam hiato com uma vogal precedente
Luís	I ou U formam hiato com uma vogal precedente
juíz, ruim, atrair	hiato seguido de Z, M, R

rainha	hiato seguido de NH
baiuca	o U não leva acento (hiato) porque é precedido por ditongo
Piauí	o I leva acento (hiato), porque é oxítono
distraiu	hiato com ditongo final não leva acento
república, lâmpada	palavra proparoxítona leva acento
língua, série	paroxítona terminada em ditongo crescente (I, U + vogal)
gênero, género	Brasil pronuncia E fechado e Portugal E aberto (variante)
àquele, àquilo	prep. A + pronome (contração com acento grave)
mülleriano	palavra estrangeira, de Müller (mantém forma original)
decreto-lei	usa-se hífen: duas palavras tônicas (sem prefixo)
guarda-chuva	usa-se hífen: duas palavras tônicas (sem prefixo)
sul-africano	usa-se hífen: duas palavras tônicas (sem prefixo)
pontapé	sem hífen: atualmente só tem uma tônica (não composta)
girassol	sem hífen: atualmente só tem uma tônica (não composta)
Grã-Bretanha	com GRÃ(o) se usa hífen (com topônimos)
Passa-Quatro	com hífen porque uma palavra é verbo (com topônimos)
Trás-os-Montes	com hífen porque ocorre artigo (com topônimos)
Belo Horizonte	duas palavras (regra geral para topônimos)
Guiné-Bissau	exceção por causa do uso tradicional (com hífen)
couve-flor	com hífen (espécies botânicas ou zoológicas)
erva-doce	com hífen (espécies botânicas ou zoológicas)
cobra-d'água	com hífen (espécies botânicas ou zoológicas)
bem-aventurado	com BEM- usa-se o hífen (há exceções)
benfazejo, benfeitor	sem hífen (uso tradicional – exceção)
mal-humorado	com MAL- usa-se o hífen (há exceções)
malcriado	sem hífen (uso tradicional – exceção)
além-mar	prefixos que usam hífen: além-, recém-, sem-

recém-casado	prefixos que usam hífen: além-, recém-, sem-
sem-vergonha	prefixos que usam hífen: além-, recém-, sem-
cor de café	expressão sem hífen
cão de guarda	expressão sem hífen
cor-de-rosa	uso de hífen (grafia tradicional)
queima-roupa	uso de hífen (grafia tradicional)
Angola-Brasil	expressão formando uma unidade
subreptício	com prefixos, em geral, não se usa hífen
supermercado	com prefixos, em geral, não se usa hífen
anti-higiênico	prefixo + palavra começada por H, usa-se hífen
pan-helenismo	prefixo + palavra começada por H, usa-se hífen
super-homem	prefixo + palavra começada por H, usa-se hífen
desumano	grafia tradicional (des + palavra): sem hífen
anti-ibérico	com hífen: duas vogais iguais (cf. I + I)
micro-onda	com hífen: duas vogais iguais (cf. O + O)
cooperar	sem hífen porque é prefixo CO + O
circum-navegação	com hífen porque ocorre duas nasais (cf. M + N)
pan-mágico	com hífen porque ocorre duas nasais (cf. M + N)
pan-africano	com hífen porque ocorre nasal + vogal (cf. N + a)
hiper-requintado	com hífen porque ocorrem R + R
ex-diretor	com hífen porque ocorre prefixo EX-
vice-diretor	com hífen porque ocorre prefixo VICE-
pós-graduação	usa-se o hífen se houver PÓS + palavra acentuada (tônica)
pós-tônico	usa-se o hífen se houver PÓS + palavra acentuada (tônica)
pré-natal	usa-se o hífen se houver PRÉ + palavra acentuada (tônica)
pró-europeu	usa-se o hífen se houver PRÓ + palavra acentuada (tônica)
capim-açu	com –AÇU e –MIRIM usa-se o hífen

Ceará-Mirim	com –AÇU e –MIRIM usa-se o hífen
microssistema	com prefixos, em geral, não se usa hífen (cf. MICRO...)
autoaprendizagem	com prefixos, em geral, não se usa hífen (cf. AUTO...)
plurianual	com prefixos, em geral, não se usa hífen (cf. PLURI...)
amá-lo-ei, deixa-o	uso tradicional do hífen
eis-me, ei-lo	uso tradicional do hífen
há de, hei de	não se usa o hífen com o verbo haver de
Santana, Santa Ana	variantes
copo-d'água	uso do apóstrofo (tradicional)
d'Áquele	uso do apóstrofo (tradicional)
n'Os Lusíadas	uso do apóstrofo (tradicional e opcional)
de o (não do)	“A necessidade de o homem estudar...” (caso de sujeito sintático)
ONU	siglas se escrevem com letras maiúsculas
Ex ^a .	Excelência: abreviaturas têm formas gráficas próprias
o bacharel Abrantes	bacharel não se escreve com letra maiúscula
português, Português	referindo-se à língua: variantes
palácio, Palácio	Alvorada... variantes
Lisboa	letra maiúscula porque é nome próprio
sexta-feira	uso de letra minúsculas
Luís, Luiz	forma variante de nomes próprios (conforme Cartório de Registro)

DECRETO Nº - 6.586, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

Dispõe sobre a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e em observância ao disposto no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, aprovado pelo Decreto Legislativo no 54, de 18 de abril de 1995, e promulgado pelo Decreto no 6.583, de 29 de setembro de 2008, no Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Praia, em 17 de julho de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo no 120, de 12 de junho de 2002, e promulgado pelo Decreto no 6.584, de 29 de setembro de 2008, e no Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em São Tomé, em 25 de julho de 2004, e internalizado pelo Decreto no 6.585, de 29 de setembro de 2008,

D E C R E T A :

Art. 1º Nos termos do artigo 2º do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, os Ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores, com a solicitação de colaboração da Academia Brasileira de Letras e de entidades afins nacionais e dos Países signatários do Acordo, adotarão as providências necessárias para elaboração de vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa. Art. 2º Os livros escolares distribuídos pelo Ministério da Educação à rede pública de ensino de todo o País serão autorizados a circular, em 2009, tanto na atual quanto na nova ortografia, e deverão ser editados, a partir de 2010, somente na nova ortografia, excetuadas a circulação das reposições e complementações de programas em curso, conforme especificação definida e disciplinada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fernando Haddad

João Luiz Silva Ferreira

ANEXO 1

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)

BASE I

DO ALFABETO E DOS NOMES PRÓPRIOS ESTRANGEIROS E SEUS DERIVADOS

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (á)

b B (bê)

c C (cê)

d D (dê)

e E (é)

f F (efe)

g G (gê ou guê)

h H (agá)

i I (i)

j J (jota)

k K (capa ou cá)

l L (ele)

m M (eme)

n N (ene)

o O (o)

p P (pê)

q Q (quê)

r R (erre)

s S (esse)

t T (tê)

u U (u)

v V (vê)

w W (dáblio)

x X (xis)

y Y (ípsilon)

z Z (zê)

Obs.:

1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos:

rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: Franklin, frankliniano; Kant, kantistno; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano, Byron, byroniano; Taylor, taylorista;

b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados:

Kwanza; Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: TWA, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.

3º) Em congruência com o número anterior, mantêm-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes:

comtista, de Comte; garrettiano, de Garrett; jeffersónia/ jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller; shakesperiano, de Shakespeare.

Os vocábulos autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de fúcsia/ fúchsia e derivados, bungavília/ bunganvilea/ bougainvillea).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica ch, ph e th podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como Baruch, Loth, Moloch, Ziph, ou então simplificar-se: Baruc, Lot, Moloc, Zif. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: José, Nazaré, em vez de Joseph, Nazareth; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: Judite, em vez de Judith.

5º) As consoantes finais grafadas b, c, d, g e h mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropôni-

mos e topónimos/topônimos da tradição bíblica; Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat.

Integram-se também nesta forma: Cid. em que o d é sempre pronunciado; Madrid e Valladolid, em que o d ora é pronunciado, ora não; e Calcem ou Calicut, em que o t se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final Jó, Davi e Jacó.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente.

Exemplo: Anvers, substituindo por Antuérpia; Cherbourg, por Cherburgo; Garonne, por Garona; Genève, por Genebra; Justland, por Jutlândia; Milano, por Milão; München, por Munique; Torino, por Turim; Zürich, por Zurique, etc.

BASE II

DO H INICIAL E FINAL

1) O h inicial emprega-se:

a) Por força da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor.

b) Em virtude da adoção convencional: há?, hem?, hum!.

2º) O h inicial suprime-se:

a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: erva, em vez de herva; e, portanto, ervaçal, ervanário, ervoso (em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, formas de origem erudita);

b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobisomem, reabilitar, reaver.

3º) O h inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: anti-higiénico/ anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano.

4º) O h final emprega-se em interjeições: ah! oh!

BASE III

DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1º) Distinção gráfica entre ch e x: achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexam, baixei, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo, elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.

2º) Distinção gráfica entre g, com valor de fricativa palatal, e j: adágio, alfageme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigid, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

3º) Distinção gráfica entre as letras s, ss, c, ç e x, que representam sibilantes surdas: ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertá, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codesseda, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mozza, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar, acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almalço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, língua, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as erróneas/errôneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.

4º) Distinção gráfica entre s de fim de sílaba (inicial ou interior) e x e z com idêntico valor fónico/fônico: adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o x = s muda para s sempre que está precedido de i ou u: justapor, justalinear, misto, sistino (cf. Capela Sistina), Sisto, em vez de jxtapor, juxtalinear, mixto, sixtina, Sixto.

b) Só nos advérbios em -mente se admite z, com valor idêntico ao de s, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. capazmente, etc.); de contrário, o s toma sempre o lugar do z: Biscaia, e não Bizcaia.

5º) Distinção gráfica entre s final de palavra e x e z com idêntico valor fónico/ fônico: aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez (substantivo e forma do verbo fazer), fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz. A propósito, deve observar-se que é inadmissível z final equivalente a s em palavra não oxítone: Cádiz, e não Cádiz.

6º) Distinção gráfica entre as letras interiores s, x e z, que representam sibilantes sonoras: aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso (nome de lugar, homónimo/homônimo de Luso, nome mitológico), Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obsequio, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa,

surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exhibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinho, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.

BASE IV

DAS SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS

1º) O c, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores cc (segundo c com valor de sibilante), çç e ct, e o p das seqüências interiores pc (c com valor de sibilante), pç e pt, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rapto.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo, aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor, ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.

d) Quando, nas seqüências interiores mpc, mpç e mpt se eliminar o p de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o m passa a n, escrevendo-se, respetivamente, nc, nç e nt: assumpcionista e assuncionista; assumpção e assunção; assumptível e assuntível; peremptório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade.

2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o b da seqüência bd, em súbdito; o b da seqüência bt, em subtil e seus derivados; o g da seqüência gd, em amígdala, amígdalácea, amígdalar, amígdalato, amígdalite, amígdalóide, amígdalopatia, amígdalotomia; o m da seqüência mn, em amnistia, amnistiar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímodo, onnipotente, omnisciente, etc.; o t da seqüência tm, em aritmética e aritmético.

BASE V

DAS VOGAIS ÁTONAS

1º.) O emprego do e e do i, assim como o do o e do u em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim, se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com e e i: ameaça, amealhar, antecipar, arrepiar, banear, boreal, campeão, cardeal (prelado, ave, planta; diferente de cardial = “relativo à cárdia”), Ceará, côdea, enseada, enteadado, Floreal, janeanes, lêndea, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, meão, melhor, nomear, peanha, quase (em vez de quási), real, semear, semelhante, várzea; ameixial, Ameixeira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitânia, cordial (adjetivo e substantivo), corno/a, crânio, criar,

diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe (e identicamente Filipa, Filipinas, etc.), freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampião, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigel, tijolo, Vimieiro, Vimioso.

b) Com o e u: abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobiça, consoada, consoar costume, díscolo, êmbolo, engolir, epístola, esbafonir-se, esboroar, farândola, femoral, Freixoeira, girândola, goela, jocosos, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Páscoa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, tá voa, tavoad, távula, tómbola, veio (substantivo e forma do verbo vir); açular, água, aluvião, arcuense, assumir, bulir, camândulas, curtir, curtume, embutir, entupir, fémur/fêmur, fistula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tábu, tabuada, tabuleta, trégua, vitualha.

2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente e e i ou o e u em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se e ou i, se o ou u. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com e, e não com i, antes da sílaba tónica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em -elo e -eia, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: aldeão, aldeola, aldeota por aldeia; areal, areeiro, areento, Areosa por areia; aveal por aveia; baleal por baleia; cadeado por cadeia; candeeiro por candeia; centeeira e centeeino por centeio; colmeal e colmeeiro por colmeia; correada e correame por correia.

b) Escrevem-se igualmente com e, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/ tônica, os derivados de palavras que terminam em e acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: ea, ee): galeão, galeota, galeote, de galé; coreano, de Coreia; daomeano, de Daomé; guineense, de Guiné; poleame e poleiro, de polé.

c) Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duniense, flaviense, etc.): açoriano, acriano (de Acre), camoniano, goisiano (relativo a Damião de Góis), siniense (de Sines), sofoclano, torniano, torniense (de Torre(s)).

d) Uniformizam-se com as terminações -io e -ia (átonas), em vez de -co e -ea, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal; cúmio (popular), de cume; hástia, de haste; réstia, do antigo neste, véstia, de veste.

e) Os verbos em -ear podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em -ian, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em -elo ou -eia (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: aldear, por aldeia; alhear, por alheio; ceiar por ceia; encadear por cadeia; pean, por pela; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotónicas/rizotônicas em -eio, -eias, etc.: clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear, etc. Existem, no entanto, verbos em -iar, ligados a substantivos com as terminações átonas -ia ou -io, que admitem variantes na conjugação: negoceio ou negocio (cf. negócio); premeio ou premio (cf. prêmio/prêmio); etc.

f) Não é lícito o emprego do u final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: moto, em vez de mótu (por exemplo, na expressão de moto próprio); tribo, em vez de tribu.

g) Os verbos em -oar distinguem-se praticamente dos verbos em -uar pela sua conjugação nas formas rizotónicas/rizotônicas, que têm sempre o na sílaba acentuada: abençoar com o, como abenço, abençoas, etc.; destoar, com o, como destoo, destoas, etc.; mas acentuar, com u, como acentuo, acentuas, etc.

BASE VI

DAS VOGAIS NASAIS

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre a; por m, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por n se é de timbre diverso de a e está seguida de s: afã, grã, Grã-Bretanha, lâ, órfã, sã-braseiro (forma dialetal; o mesmo que são-brasense = de S. Brás de Alportel); clarim, tom, vacuum, flautins, semitons, zunzuns.

2º) Os vocábulos terminados em -ã transmitem esta representação do a nasal aos advérbios em -mente que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por z: irmãmente, sãmente; lâzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.

BASE VII

DOS DITONGOS

1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por i ou u: ai, ei, éi, ui; au, eu, éu, iu, ou: braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis (mas farneizinhos), goivo, goivan, lencóis (mas lençoizinhos), tafuis, uivar, cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu (mas ilheuzito), mediu, passou, regougar.

Obs.: Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados ae (= âi ou ai) e ao (âu ou au): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos Caetano e Caetana, assim como nos respetivos derivados e compostos (caetaninha, são-caetano, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição a com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo o, ou seja, ao e aos.

2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo grafado ui, e não a sequência vocálica grafada ue, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -Um: constituis, influi, retribui. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado ui de sílaba final ou fim de palavra (azuis, fui, Guardafui, Rui, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -air e em -oer: atrais, cai, sai; móis, remói, sói.

b) É o ditongo grafado ui que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um ii a um i átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como fluido de formas como gratuito. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas ii e i se separem: fluídico, fluidez (u-i).

c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as sequências vocálicas pós-tónicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por ea, co, ia, ie, lo, oa, ua, ue, uo: áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e

semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m. Eis a indicação de uns e outros:

a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: *ãe* (usado em vocábulos oxítonos e derivados), *ãi* (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), *ão* e *õe*. Exemplos: *cães*, *Guimarães*, *mãe*, *mãezinha*; *cãibas*, *cãibeiro*, *cãibra*, *zãibo*; *mão*, *maozinha*, *não*, *quão*, *sótão*, *sotãozinho*, *tão*; *Camões*, *orações*, *oraçõeszinhas*, *põe*, *repões*. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo, colocar-se o ditongo *ui*; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como *rui* = *ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:

i) *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: *amam*, *deviam*, *escreveram*, *puseram*;

ii) *em* (tónico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: *bem*, *Bembom*, *Bemposta*, *cem*, *devem*, *nem*, *quem*, *sem*, *tem*, *virgem*; *Bencanta*, *Benfeito*, *Benfica*, *benquisto*, *bens*, *enfim*, *enquanto*, *homenzarrão*, *homenzinho*, *nuvenzinha*, *tens*, *virgens*, *amém* (variação do *ámen*), *armazém*, *convém*, *mantém*, *ninguém*, *porém*, *Santarém*, *também*; *convêm*, *mantêm*, *têm* (3^{as} pessoas do plural); *armazéns*, *desdéns*, *convéns*, *reténs*; *Belenzada*, *vintenzinho*.

BASE VIII

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS OXÍTONAS

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas abertas grafadas *-a*, *-e* ou *-o*, seguidas ou não de *-s*: *está*, *estás*, *já*, *olá*; *até*, *é*, *és*, *olé*, *pontapé(s)*; *avó(s)*, *dominó(s)*, *paletó(s)*, *só(s)*. Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em *-e* tónico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê*, *bidé* ou *bidê*, *canapé* ou *canapê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochê*, *guichê* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *nené* ou *nenê*, *ponjé* ou *ponjê*, *puré* ou *purê*, *rapé* ou *rapê*.

O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *cocô*, *ré* (letra do alfabeto grego) e *ré*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metrô*, a par de *metro*.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos *lo(s)* ou *la(s)*, ficam a terminar na vogal tónica/tônica aberta grafada *-a*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *-r*, *-s* ou *-z*: *adorá-lo(s)* (de *adorar-lo(s)*), *dá-la(s)* (de *dar-la(s)* ou *dá(s)-la(s)* ou *dá(s)-la(s)*), *fá-lo(s)* (de *faz-lo(s)*), *fá-lo(s)-às* (de *far-lo(s)-ás*), *habita-la(s)-iam* (de *habitar-la(s)-iam*), *tra-la(s)-á* (de *trair-la(s)-á*).

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal (presente do indicativo etc.) ou *-ens*: *acém*, *detém*, *deténs*, *entretém*, *entreténs*, *harém*, *haréns*, *porém*, *provém*, *provéns*, *também*.

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados *-éi*, *éu* ou *ói*, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de *-s*: *anéis*, *batéis*, *fiéis*, *papéis*; *céu(s)*, *chapéu(s)*, *ilhéu(s)*, *véu(s)*; *corrói* (de *correr*), *herói(s)*, *remói* (de *remoer*), *sóis*.

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam *-e* ou *-o*, seguidas ou não de *-s*: *cortês*, *dê*, *dês* (de *dar*), *lê*, *lês* (de *ler*), *português*, *você(s)*; *avô(s)*, *pôs* (de

pôr), robô(s).

b) As formas verbais oxítonas, quando conjulgadas com os pronomes clíticos-lo(s) ou la(s), ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: detê-lo(s) (de deter-lo-(s)), fazê-la(s) (de fazer-la(s)), fê-lo(s) (de fez-lo(s)), vê-la(s) (de ver-la(s)), compô-la(s) (de compor-la(s)), repô-la(s) (de repor-la(s)), pô-la(s) (de por-la(s) ou pôs-la(s)).

3º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas/heterofônicas, do tipo de cor (ô), substantivo, e cor (ó), elemento da locução de cor; colher (ê), verbo, e colher (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal pôr, para a distinguir da preposição por.

BASE IX

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PAROXÍTONAS

1º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano

2º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -l, -n, -r, -x e -ps, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dúctil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis; var. reptil, pl. reptis); cármem (pl. cármemes ou carmens; var. carme, pl. carmes); dólmen (pl. dólmenes ou dolmens), éden (pl. édenes ou edens), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmenes ou lúmens); açúcar (pl. açúcares), almíscar (pl. almíscares), cadáver (pl. cadáveres), caráter ou carácter (mas pl. caracteres ou caracteres), ímpar (pl. ímpares); Ajax, córtex (pl. córtex; var. córtice, pl. córtices, índice (pl. índice; var. índice, pl. índices), tórax (pl. tórax ou tóraxes; var. torace, pl. toraces); bíceps (pl. bíceps; var. bicípites, pl. bicípites), fórceps (pl. fórceps; var. fórcipe, pl. fórcipes).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com a vogais tónicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): sêmen e sêmen, xênon e xênon; fêmore fêmur, vómer e vômer; Fênix e Fênix, ónix e ônix.

b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -ã(s), -ão(s), -ei(s), -i(s), -um, -uns ou -us: órfã (pl. órfãs), acórdão (pl. acórdãos), órgão (pl. órgãos), sótão (pl. sótãos); hóquei, jóquei (pl. jóqueis), amáveis (pl. de amável), fáceis (pl. de fácil), fósseis (pl. de fóssil), amáveis (de amar), amáveis (id.), cantaréis (de cantar), fizéreis (de fazer), fizésseis (id.); beribéri (pl. beribéris), bílis (sg. e pl.), íris (sg. e pl.), júri (di. júris), oásis (sg. e pl.); álbum (di. álbuns), fórum (di. fóruns); húmus (sg. e pl.), vírus (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: pónei e pônei; gónis e gônis, pénis e pênis, ténis e tênis; bónus e bônus, ónus e ônus, tónus e tônus, Vênus e Vênus.

3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por ei e oi da sílaba tónica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: assembleia, boleia, ideia, tal como aldeia, baleia, cadeia, cheia, meia;

coreico, epopeico, onomatopeico, proteico; alcaloide, apoio (do verbo apoiar), tal como apoio (subst.), Azoia, hoia, boina, comboio (subst.), tal como comboio, comboias, etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, introito, jiboia, moína, paranoico, zoina.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -l, -n, -r, ou -x, assim como as respetivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: cônsul (pl. cônsules), pênsil (pl. pênséis), têxtil (pl. têxteis); cânon, var. cânone (pl. cânones), plâncton (pl. plânctons); Almodôvar, aljôfar (pl. aljôfares), âmbar (pl. âmbares), Câncer, Tânger; bômbax (sg. e pl.), bômbix, var. bômbice (pl. bômbices).

b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -ão(s), -eis, -i(s) ou -us: bênção(s), côvão(s), Estêvão, zângão(s); devêreis (de dever), escrevêsseis (de escrever), fôreis (de ser e ir), fôsseis (id.), pênséis (pl. de pênsil), têxteis (pl. de têxtil); dândi(s), Mênfis; ânus.

c) As formas verbais têm e vêm, 3ªs pessoas do plural do presente do indicativo de ter e vir, que são foneticamente paroxítonas (respetivamente / tājāj /, / vājāj / ou / têêj /, / vêêj / ou ainda / têtêj /, / vêtêj /; cf. as antigas grafias preteridas, têmem, vêmem, a fim de se distinguirem de tem e vem, 3ªs pessoas do singular do presente do indicativo ou 2ªs pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: abstêm (cf. abstém), advêm (cf. advém), contêm (cf. contém), convêm (cf. convém), desconvêm (cf. desconvém), detêm (cf. detem), entretem (cf. entretém), intervêm (cf. intervém), mantêm (cf. mantém), obtêm (cf. obtém), provêm (cf. provém), sobrevêm (cf. sobrevém).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias detêmem, intervêmem, mantêmem, provêmem, etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

a) Obrigatoriamente, pôde (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), no que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (pode).

b) Facultativamente, dêmos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma (substantivo), distinta de forma (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo formar).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tônico oral fechado em hiato com a terminação -em da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: creem deem (conj.), descreem, desdeem (conj.), leem, preveem, redeem (conj.), releem, reveem, tresleem, veem.

8º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tonica fechada com a grafia o em palavras paroxítonas como enjojo, substantivo e flexão de enjoar, povoo, flexão de povoar, voo, substantivo e flexão de voar, etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: para (á), flexão de parar, e para, preposição; pela(s) (é), substantivo e flexão de pelar, e pela(s), combinação de per e la(s); pelo (é), flexão de pelar, pelo(s) (é), substantivo ou combinação de per e lo(s); polo(s) (ó), substantivo, e polo(s), combinação antiga e popular de por e lo(s); etc.

10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofônicas do tipo de acerto (ê), substantivo, e acerto (é), flexão de acertar; acordo (ô), substantivo, e acordo (ó), flexão de acordar; cerca (ê), substantivo, advérbio e elemento da

locução prepositiva cerca de, e cerca (é,), flexão de cercar; coro (ó), substantivo, e flexão de corar; deste (ê), contracção da preposição de com o demonstrativo este, e deste (é), flexão de dar; fora (ô), flexão de ser e ir, e fora (ó), advérbio, interjeição e substantivo; piloto (ô), substantivo, e piloto (ó), flexão de pilotar, etc.

BASE X

DA ACENTUAÇÃO DAS VOGAIS TÓNICAS/TÔNICAS GRAFADAS I E U DAS PALAVRAS OXÍTONAS E PAROXÍTONAS

1º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de s: adáis (pl. de adail), aí, atraí (de atrair), baú, caís (de cair), Esaú, jacuí, Luís, país, etc.; alaúde, amiúde, Araújo, Ataíde, atraíam (de atrair), atraísse (id.) baía, balaústre, cafeína, ciúme, egoísmo, faísca, faúlha, graúdo, influíste (de influir), juízes, Luísa, miúdo, paraíso, raízes, recaída, ruína, saída, sanduíche, etc.

2º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de nh, l, m, n, r e z: bainha, moinho, rainha; adail, paul, Raul; Aboim, Coimbra, ruim; ainda, constituínte, oriundo, ruínas, triunfo; atrair, demiurgo, influir, influirmos; juiz, raiz; etc.

3º) Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada i das formas oxítonas terminadas em r dos verbos em -air e -uir, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas -lo(s), -la(s), que levam à assimilação e perda daquele -r: atraí-lo(s), (de atrair-lo(s)); atraí-lo(s)-ia (de atrair-lo(s)-ia); possuí-la(s) (de possuir-la(s)); possuí-la(s)-ia (de possuir-la(s) -ia).

4º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: baiuca, boiuno, cauila (var. cauira), cheinho (de cheio), saiinha (de saia).

5º) Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas i e u quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de s: Piauí, teiú, teiús, tuiuí, tuiuíus.

Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de s, tais vogais dispensam o acento agudo: cauim.

6º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados iu e ui, quando precedidos de vogal: distraiu, instruiu, paús (pl. de paul).

7º) Os verbos aguir e redarguir prescindem do acento agudo na vogal tónica/tônica grafada u nas formas rizotónicas/rizotônicas: arguo, arguis, argui, arguem; argua, arguas, argua, arguam. Os verbos do tipo de aguar, apaniguar, apaziguar, aproximar, averiguar, desaguar, enxaguar, obliquar, delinquir e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas igualmente acentuadas no u mas sem marca gráfica (a exemplo de averiguo, averiguas, averigua, averiguam; averigue, averigues, averigue, averiguem; enxaguo, enxaguas, enxagua, enxaguam; enxague, enxagues, enxague, enxaguem, etc.; delinquo, delinquis, delinqui, delinquem; mas delinquimos, delin quis) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas fónica/fônica e graficamente nas vogais a ou i radicais (a exemplo de averíguo, averíguas, averígua, averíguam; averígue, averígues, averígue, averíguem; enxáguo, enxáguas, enxágua, enxáguam; enxágue, enxágues, enxágue, enxáguem;

delínquo, delínques, delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínqua, delínquam).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em -ingir (atingir, cingir, constringir, infringir, tingir, etc.) e os verbos em -inguir sem prolação do u (distinguir, extinguir, etc.) têm grafias absolutamente regulares (atinjo, atinja, atinge, atingimos, etc.; distingo, distinga, distingue, distinguimos, etc.).

BASE XI

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PROPAROXÍTONAS

1º) Levam acento agudo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta: árabe, cáustico, Cleópatra, esquilido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tónica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por sequências vocálicas pós-tónicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo, etc.): álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.

2º) Levam acento circunflexo:

a) As palavras proparoxítonas que apresentam na sílaba tónica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: anacreôntico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos (de ser e ir), Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspêra, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;

b) As chamadas proparoxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tónica/tônica, e terminam por sequências vocálicas pós-tónicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio.

3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tónicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas m ou n, conforme o seu timbre é, respetivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: acadêmico/académico, anatômico/anatômico, cénico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo; Amazónia/Amazônia, António/Antônio, blasfémia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gémeo/gêmeo, génio/gênio, ténue/tênue.

BASE XII

DO EMPREGO DO ACENTO GRAVE

1º) Emprega-se o acento grave:

a) Na contração da preposição a com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo o: à (de a+a), às (de a+as);

b) Na contração da preposição a com os demonstrativos aquele, aquela, aqueles, aquelas e aquilo ou ainda da mesma preposição com os compostos aqueloutro e suas flexões: àquele(s), àquela(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

BASE XIII

DA SUPRESSÃO DOS ACENTOS EM PALAVRAS DERIVADAS

1º) Nos advérbios em -mente, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: avidamente (de ávido), debilmente (de débil), facilmente (de fácil), habilmente (de hábil), ingenuamente (de ingênuo), lucidamente (de lúcido), mamente (de má), somente (de só), unicamente (de único), etc.; candidamente (de cândido), cortesmente (de cortês), dinamicamente (de dinâmico), espontaneamente (de espontâneo), portuguesmente (de português), romanticamente (de romântico).

2º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por z e cujas formas de base apresentam vogal tônica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: anezinhos (de anéis), avozinha (de avó), bebezito (de bebé), cafezada (de café), chepezinho (de chapéu), chazeiro (de chá), heroizito (de herói), ilhezito (de ilhéu), mazinha (de má), orfãozinho (de órfão), vintezito (de vintém), etc.; avozinho (de avô), bençãozinha (de bênção), lampadazita (de lâmpada), pesseguito (de pêssego).

BASE XIV

DO TREMA

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: saudade, e não saüdade, ainda que tetrassílabo; saudar, e não saüdar, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um i ou um u de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um i ou um u de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tônica/tônica ou átona, o u de gu ou de qu de um e ou i seguintes: arruinar, constituiria, depoimento, esmiuçar, faiscar, faultar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiuí, cauxi, piauiense; aguentar, anguiforme, arguir, bilíngue (ou bilingue), lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: hübneriano, de Hübner, mülleriano, de Müller, etc.

BASE XV

DO HÍFEN EM COMPOSTOS, LOCUÇÕES E ENCADEAMENTOS VOCABULARES

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de

ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, orce-bispo-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-asiático, cifro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.

2º) Emprega-se o hífen nos topónimos/topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos grã, grão ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.

Obs.: Os outros topónimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc. O topónimo/topônimo Guiné-Bissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).

4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios bem e mal, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou h. No entanto, o advérbio bem, ao contrário de mal, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado (cf. malcriado), bem-ditoso (cf. malditoso), bem-falante (cf. malfalante), bem-mandado (cf. malmandado), bem-nascido (cf. malnascido), bem-soante (cf. malsoante), bem-visto (cf. malvisto).

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio bem aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença, etc.

5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos além, aquém, recém e sem: além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-fiar, aquém-Pireneus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha.

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colónia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

a) Substantivas: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;

b) Adjetivas: cor de açafraão, cor de café com leite, cor de vinho;

c) Pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;

d) Adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso;

e) Prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;

f) Conjuncionais: afim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.

7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam,

formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa Liberdade-Igualdade-Fraternidade, a ponte Rio-Niterói, o percurso Lisboa-Coimbra-Porto, a ligação Angola-Moçambique, e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: Austria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro, etc.).

BASE XVI

DO HÍFEN NAS FORMAÇÕES POR PREFIXAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E SUFI-XAÇÃO

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: aero-, agro-, arqui-, auto-, hio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto-, pseudo-, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por h: anti-higiénico/anti-higiênico, circum-hospitalar, co-herdeiro, contra-harmónico/contra-harmônico, extra-humano, pré-história, sub-hepático, super-homem, ultra-hiperbólico; arquihipérbole, eletro-higrómetro, geo-história, neo-helénico/neo-helênico, pan-helenismo, semi-hospitalar.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos des- e in- nas quais o segundo elemento perdeu o h inicial: desumano, desumidificar, inábil, inumano, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: anti-ibérico, contra-almirante, infra-axilar, supra-auricular; arqui-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno.

Obs.: Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o: coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar, etc.

c) Nas formações com os prefixos circum- e pan-, quando o segundo elemento começa por vogal, m ou n (além de h, caso já considerado atrás na alínea a): circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude.

d) Nas formações com os prefixos hiper-, inter- e super-, quando combinados com elementos iniciados por r: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.

e) Nas formações com os prefixos ex- (com o sentido de estado anterior ou cessamento), sota-, soto-, vice- e vizo-: ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira, ex-presidente, ex-primeiro-ministro, ex-rei; sota-piloto, soto-mestre, vice-presidente, vice-reitor, vizo-rei.

f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente pós-, pré- e pró-, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): pós-graduação, pós-tónico/pós-tônicos (mas pospor); pré-escolar, pré-natal (mas prever); pró-africano, pró-europeu (mas promover).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, cosseno, extrarregular, infrassom, minissaia, tal como hiorritmo, hiossatélite, eletrossiderurgia, microssistema, microrradiografia.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e

científicos. Assim: antiaéreo, coeducação, extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.

3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como açu, guaçu e mirim, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim.

BASE XVII

DO HÍFEN NA ÊNCLISE, NA TMESE E COM O VERBO HAVER

1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmesa: amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos.

2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição de às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: hei de, há de, hão de, etc.

Obs.: 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais quer e requer, dos verbos querer e requerer, em vez de quere e requere, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: quere-o(s), requere-o(s). Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) qué-lo e requé-lo são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio eis (eis-me, ei-lo) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo no-lo, vo-las, quando em próclise (por ex.: esperamos que no-lo comprem).

BASE XVIII

DO APÓSTROFO

1º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva pertence propriamente a um conjunto vocabular distinto: d'Os Lusíadas, d'Os Sertões; n'Os Lusíadas, n'Os Sertões; pel' Os Lusíadas, pel' Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição a com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: a A Relíquia, a Os Lusíadas (exemplos: importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = à, a Os = aos, etc.

b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respectiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, tu'A, t'A, lh'A, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-

-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição a com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: a O, a Aquele, a Aquela (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a O = ao, a Aquela = àquela, etc.). Exemplos frásicos: a O que tudo pode: a Aquela que nos protege.

c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas santo e santa a nomes do hagiolégio, quando importa representar a elisão das vogais finais o e a: Sant'Ana, Sant'Lago, etc. É, pois, correto escrever: Calçada de Sant'Ana. Rua de Sant'Aina; culto de Sant'Iago, Ordem de Sant'Iago. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas Sant'Ana e Sant'Iago, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém. Em paralelo com a grafia Sant'Ana e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um o final: Nun'Álvares, Pedr'Eanes.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares, etc.

d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do e da preposição de, em combinação com substantivos: horda-d'água. cobrad'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, màe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.

2º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições de e em com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nas alíneas 1º) a) e 1º) b)). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

i) do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);

ii) no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalgué.

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutrora; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial de ora avante como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: doravante.

Obs.: Quando a preposição de se combina com as formas articulares ou pronominais o, a, os, as, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: afim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer; por causa de aqui estares.

BASE XIX

DAS MINÚSCULAS E MAIÚSCULAS

1º) A letra minúscula inicial é usada:

- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.
- b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.
- c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maisúcula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): O Senhor do paço de Ninães, O Senhor do paço de Ninães, Menino de engenho, *Árvore e Tambor* ou *Árvore e Tambor*.
- d) Nos usos de fulano, sicrano, beltrano.
- e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): norte, sul (mas: SW sudoeste).
- f) Nos axiónimos/axiônimos e hagiónimos/hagiônimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o Cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).
- g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).

2º) A letra maiúscula inicial é usada:

- a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.
 - b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.
 - c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Neptuno/ Netuno.
 - d) Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.
 - e) Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.
 - f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: *O Primeiro de Janeiro*, *O Estado de São Paulo* (ou *S. Paulo*).
 - g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países, Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático.
 - h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H₂O, Sr., V. Ex^a..
 - i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista), de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).
- Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

BASE XX

DA DIVISÃO SILÁBICA

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (a-ba-de, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, te-me-se), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (a-ba-li-e-nar, bi-sa- vó, de-sa-pa-re-cer, di-sú-ri-co, e-xâ-ni-me, hi-pe-ra-cús-ti-co, i-ná-bil, o-ho-vai, su-bo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1º) São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em h, ou d: ab- legação, ad- ligar, sub-lunar, etc., em vez de a-blegação, a-dligar, su-blunar, etc.) aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um l ou um r: ablução, ce- le-brar, du-plicação, re-primir; a-clamar, de-creto, de-glutição, re-grado; a-tlético, cáte-dra, períme-tro; a-fluir, a-fricano, ne-vrose.

2º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de m ou n, com valor de anasalidade, e uma consoante: ab-dicar, Ed-gordo, op-tar, sub-por, absoluto, ad-jetivo, af-ta, bet-samita, íp-silon, ob-viar; des-cer, dis-ciplina, flores-cer, nas-cer, res-cisão; ac-ne, ad-mirável, Daf- ne, diafragma, drac-ma, ét-nico, rit-mo, sub-meter, am-nésico, interam- nense; bir-reme, cor-roer, prorrogar; as-segurar, bis-secular, sos-segar; bissex-lo, contex-to, ex-citar, atroz-mente, capaz-mente, infeliz- mente; am-biçã, desen-ganar, en-xame, man-chu, Mân-lio, etc.

3º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de m ou n, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: cambraia, ec-tlipse, em-blema, ex- plicar, in-cluir, ins-crição, subs-crever, trans-gredir; abs-tenção, disp- neia, interstelar, lamb-dacismo, sols-ticial, Terp-sícore, tungs-tênio.

4º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: ai-roso, cadei-ra, insti-tui, ora-ção, sacris-tães, traves-sões) podem, se a primeira delas não é u precedido de g ou q, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: ala-úde, áre-as, co-apeba, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo- as, vo-os. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais: cai-ais, caí-eis, ensái-os, flu-iu.

5º) Os dígramas gu e qu, em que o u se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (ne- guei, ne- guei; pe- que, pe- quei, do mesmo modo que as combinações gu e qu em que o u se pronuncia: á-gua, ambí-guo, averi-gueis; longín-quos, lo-quaz, quais- quer.

6º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: ex-alféres, serená- -los-emos ou serená-los- -emos, vice- -almirante.

BASE XXI

DAS ASSINATURAS E FIRMAS

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

ANEXO II

NOTA EXPLICATIVA DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1990)

1 Memória breve dos acordos ortográficos

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo. Tal situação remonta, como é sabido, a 1911, ano em que foi adotada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, mas que não foi extensiva ao Brasil. Por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em consonância com a Academia das Ciências de Lisboa, com o objetivo de se minimizarem os inconvenientes desta situação, foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil. Todavia, por razões que não importa agora mencionar, este acordo não produziu, afinal, a tão desejada unificação dos dois sistemas ortográficos, fato que levou mais tarde à convenção ortográfica de 1943. Perante as divergências persistentes nos Vocabulários entretanto publicados pelas duas Academias, que punham em evidência os poucos resultados práticos do acordo de 1943, realizou-se, em 1945, em Lisboa, novo encontro entre representantes daquelas duas agremiações, o qual conduziu à chamada Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945. Mais uma vez, porém, este acordo não produziu os almejados efeitos, já que ele foi adotado em Portugal, mas não no Brasil. Em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram promulgadas leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países. Apesar destas louváveis iniciativas, continuavam a persistir, porém, divergências sérias entre os dois sistemas ortográficos. No sentido de as reduzir, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram em 1975 um novo projeto de acordo que não foi, no entanto, aprovado oficialmente por razões de ordem política, sobretudo vigentes em Portugal. E é neste contexto que surge o encontro do Rio de Janeiro, em Maio de 1986, e no qual se encontram, pela primeira vez na história da língua portuguesa, representantes não apenas de Portugal e do Brasil mas também

dos cinco novos países africanos lusófonos entretanto emergidos da descolonização portuguesa. O Acordo Ortográfico de 1986, conseguido na reunião do Rio de Janeiro, ficou, porém, inviabilizado pela reação polêmica contra ele movida sobretudo em Portugal.

2 Razões do fracasso dos acordos ortográficos

Perante o fracasso sucessivo dos acordos ortográficos entre Portugal e o Brasil, abrangendo o de 1986 também os países lusófonos de África, importa refletir seriamente sobre as razões de tal malogro. Analisando sucintamente o conteúdo dos acordos de 1945 e de 1986, a conclusão que se colhe é a de que eles visavam impor uma unificação ortográfica absoluta. Em termos quantitativos e com base em estudos desenvolvidos pela Academia das Ciências de Lisboa, com base num *corpus* de cerca de 110.000 palavras, conclui-se que o Acordo de 1986 conseguia a unificação ortográfica em cerca de 99,5% do vocabulário geral da língua. Mas conseguia-a sobretudo à custa da simplificação drástica do sistema de acentuação gráfica, pela supressão dos acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas, o que não foi bem aceito por uma parte substancial da opinião pública portuguesa. Também o acordo de 1945 propunha uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100% do vocabulário geral da língua. Mas tal unificação assentava em dois princípios que se revelaram inaceitáveis para os brasileiros:

- a) Conservação das chamadas consoantes mudas ou não articuladas, o que correspondia a uma verdadeira restauração destas consoantes no Brasil, uma vez que elas tinham há muito sido abolidas.
- b) Resolução das divergências de acentuação das vogais tônicas *e* e *o*, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, das palavras proparoxítonas (ou esdrúxulas) no sentido da prática portuguesa, que consistia em as grafar com acento agudo e não circunflexo, conforme a prática brasileira.

Assim se procurava, pois, resolver a divergência de acentuação gráfica de palavras como *António* e *Antônio*, *cómodo* e *cômado*, *género* e *gênero*, *oxigénio* e *oxigênio*, etc., em favor da generalização da acentuação com o diacrítico agudo. Esta solução estipulava, contra toda a tradição ortográfica portuguesa, que o acento agudo, nestes casos, apenas assinalava a tonicidade da vogal e não o seu timbre, visando assim resolver as diferenças de pronúncia daquelas mesmas vogais.

A inviabilização prática de tais soluções leva-nos à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa. Nestas condições, há que procurar uma versão de unificação ortográfica que acautele mais o futuro do que o passado e que não receie sacrificar a simplificação também pretendida em 1986, em favor da máxima unidade possível. Com a emergência de cinco novos países lusófonos, os fatores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa far-se-ão sentir com mais acuidade e também no domínio ortográfico. Neste sentido importa, pois, consagrar uma versão de unificação ortográfica que fixe e delimite as diferenças atualmente existentes e previna contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa. Foi, pois, tendo presentes estes objetivos, que se fixou o novo texto de unificação ortográfica, o qual representa uma versão menos forte do que as que foram conseguidas em 1945 e 1986. Mas

ainda assim suficientemente forte para unificar ortograficamente cerca de 98% do vocabulário geral da língua.

3 Forma e substância do novo texto

O novo texto de unificação ortográfica agora proposto contém alterações de forma (ou estrutura) e de conteúdo, relativamente aos anteriores. Pode dizer-se, simplificando, que em termos de estrutura se aproxima mais do acordo de 1986, mas que em termos de conteúdo adota uma posição mais conforme com o projeto de 1975, atrás referido. Em relação às alterações de conteúdo, elas afetam sobretudo o caso das consoantes mudas ou não articuladas, o sistema de acentuação gráfica, especialmente das esdrúxulas, e a hifenação.

Pode dizer-se ainda que, no que respeita às alterações de conteúdo, de entre os princípios em que assenta a ortografia portuguesa, se privilegiou o critério fonético (ou da pronúncia) com um certo detrimento para o critério etimológico. N.º 189, terça-feira, 30 de setembro de 2008 1 ISSN 1677-7042 7 É o critério da pronúncia que determina, aliás, a supressão gráfica das consoantes mudas ou não articuladas, que se têm conservado na ortografia lusitana essencialmente por razões de ordem etimológica.

É também o critério da pronúncia que nos leva a manter um certo número de grafias duplas do tipo de *caráter* e *carácter*, *facto* e *fato*, *sumptuoso* e *suntuoso*, etc. É ainda o critério da pronúncia que conduz à manutenção da dupla acentuação gráfica do tipo de *económico* e *econômico*, *efêmero* e *efêmero*, *género* e *gênero*, *génio* e *gênio*, ou de *bónus* e *bônus*, *sémen* e *sêmen*, *ténis* e *tênis*, ou ainda de *bebé* e *bebê*, ou *metro* e *metrô*, etc.

Explicitam-se em seguida as principais alterações introduzidas no novo texto de unificação ortográfica, assim como a respectiva justificação.

4 Conservação ou supressão das consoantes *c*, *p*, *b*, *g*, *m* e *t* em certas sequências consonânticas (Base IV)

4.1 Estado da questão

Como é sabido, uma das principais dificuldades na unificação da ortografia da língua portuguesa reside na solução a adotar para a grafia das consoantes *c* e *p*, em certas sequências consonânticas interiores, já que existem fortes divergências na sua articulação.

Assim, umas vezes, estas consoantes são invariavelmente proferidas em todo o espaço geográfico da língua portuguesa, conforme sucede em casos como *compacto*, *ficção*, *pacto*; *adepto*, *aptidão*, *núpcias*; etc.

Neste caso, não existe qualquer problema ortográfico, já que tais consoantes não podem deixar de grafar-se (v. Base IV, 1.º a). Noutros casos, porém, dá-se a situação inversa da anterior, ou seja, tais consoantes não são proferidas em nenhuma pronúncia culta da língua, como acontece

em *acção*, *afectivo*, *directão* ; *adopção*, *exacto*, *óptimo*; etc. Neste caso existe um problema. É que na norma gráfica brasileira há muito estas consoantes foram abolidas, ao contrário do que sucede na norma gráfica lusitana, em que tais consoantes se conservam. A solução que agora se adota (v. Base IV, 1º b) é a de as suprimir, por uma questão de coerência e de uniformização de critérios (vejam-se as razões de tal supressão adiante, em 4.2.).

As palavras afectadas por tal supressão representam 0,54% do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo em termos quantitativos (pouco mais de 600 palavras em cerca de 110.000). Este número é, no entanto, qualitativamente importante, já que compreende vocábulos de uso muito frequente (como, por ex., *acção*, *actor*, *actual*, *colecção*, *colectivo*, *correção*, *directão*, *director*, *electricidade*, *factor*, *factura*, *inspector*, *lectivo*, *óptimo*, etc.).

O terceiro caso que se verifica relativamente às consoantes *c* e *p* diz respeito à oscilação de pronúncia, a qual ocorre umas vezes no interior da mesma norma culta (cf. por ex., *cacto* ou *cato*, *dicção* ou *dição*, *sector* ou *setor*, etc.), outras vezes entre normas cultas distintas (cf., por ex., *facto*, *recepção* em Portugal, mas *fato*, *recepção* no Brasil).

A solução que se propõe para estes casos, no novo texto ortográfico, consagra a dupla grafia (v. Base IV, 1º c). A estes casos de grafia dupla devem acrescentar-se as poucas variantes do tipo de *súbdito* e *súdito*, *subtil* e *sutil*, *amígdala* e *amídala*, *amnístia* e *anístia*, *aritmética* e *arimética*, nas quais a oscilação da pronúncia se verifica quanto às consoantes *b*, *g*, *m* e *t* (v. Base IV, 2º).

O número de palavras abrangidas pela dupla grafia é de cerca de 0,5% do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo (ou seja, pouco mais de 575 palavras em cerca de 110.000), embora nele se incluam também alguns vocábulos de uso muito frequente.

4.2 Justificação da supressão de consoantes não articuladas (Base IV 1º b)

As razões que levaram à supressão das consoantes mudas ou não articuladas em palavras como *ação* (*acção*), *ativo* (*activo*), *director* (*director*), *ótimo* (*óptimo*) foram essencialmente as seguintes:

- a) O argumento de que a manutenção de tais consoantes se justifica por motivos de ordem etimológica, permitindo assinalar melhor a similaridade com as palavras congêneres das outras línguas românicas, não tem consistência. Por outro lado, várias consoantes etimológicas se foram perdendo na evolução das palavras ao longo da história da língua portuguesa. Vários são, por outro lado, os exemplos de palavras deste tipo, pertencentes a diferentes línguas românicas, que, embora provenientes do mesmo étimo latino, revelam incongruências quanto à conservação ou não das referidas consoantes. É o caso, por exemplo, da palavra *objecto*, proveniente do latim *objectu-*, que até agora conservava o *c*, ao contrário do que sucede em francês (cf. *objet*), ou em espanhol (cf. *objeto*). Do mesmo modo *projecto* (de *projectu -*) mantinha até agora a grafia com *c*, tal como acontece em espanhol (cf. *projecto*), mas não em francês (cf. *projet*). Nestes casos o italiano dobra a consoante, por assimilação (cf. *oggetto* e *progetto*). A palavra *vitória* há muito se grafa sem *c*, apesar do espanhol *victoria*, do francês *victoire* ou do italiano *vittoria*. Muitos outros exemplos se poderiam citar. Aliás, não tem qualquer consistência a ideia de que a similaridade do português com as outras línguas românicas passa pela manutenção de consoantes etimológicas do tipo mencionado. Confrontem-se, por exemplo, formas como as seguintes: port. *acidente* (do lat. *accidente-*), esp. *accidente*, fr. *accident*, it. *accidente*; port. *dicionário* (do lat. *dictionariu-*), esp. *diccionario*, fr. *dictionnaire*, it. *dizionario*; port. *ditar* (do lat. *dictare*), esp. *dictar*, fr. *dicter*, it.

dettare ; port. *estrutura* (de *structura-*), esp. *estructura*, fr. *structure* , it. *struttura*; etc. Em conclusão, as divergências entre as línguas românicas, neste domínio, são evidentes, o que não impede, aliás, o imediato reconhecimento da similaridade entre tais formas. Tais divergências levantam dificuldades à memorização da norma gráfica, na aprendizagem destas línguas, mas não é com certeza a manutenção de consoantes não articuladas em português que vai facilitar aquela tarefa.

b) A justificação de que as ditas consoantes mudas travam o fechamento da vogal precedente também é de fraco valor, já que, por um lado, se mantêm na língua palavras com vogal pré-tónica aberta, sem a presença de qualquer sinal diacrítico, como em *corar*, *padeiro* , *oblação*, *pregar* (= fazer uma prédica), etc., e, por outro, a conservação de tais consoantes não impede a tendência para o ensurdecimento da vogal anterior em casos como *accionar*, *actual*, *actualidade*, *exactidão*, *tactear*, etc.

c) É indiscutível que a supressão deste tipo de consoantes vem facilitar a aprendizagem da grafia das palavras em que elas ocorriam. De fato, como é que uma criança de 6-7 anos pode compreender que em palavras como *concepção*, *excepção*, *recepção* , a consoante não articulada é um *p*, ao passo que em vocábulos como *correção* , *direção* , *objecção*, tal consoante é um *c*? Só à custa de um enorme esforço de memorização que poderá ser vantajosamente canalizado para outras áreas da aprendizagem da língua.

d) A divergência de grafias existente neste domínio entre a norma lusitana, que teimosamente conserva consoantes que não se articulam em todo o domínio geográfico da língua portuguesa, e a norma brasileira, que há muito suprimiu tais consoantes, é incompreensível para os lusitanistas estrangeiros, nomeadamente para professores e estudantes de português, já que lhes cria dificuldades suplementares, nomeadamente na consulta dos dicionários, uma vez que as palavras em causa vêm em lugares diferentes da ordem alfabética, conforme apresentam ou não a consoante muda.

e) Uma outra razão, esta de natureza psicológica, embora nem por isso menos importante, consiste na convicção de que não haverá unificação ortográfica da língua portuguesa se tal disparidade não for revolvida.

f) Tal disparidade ortográfica só se pode resolver suprimindo da escrita as consoantes não articuladas, por uma questão de coerência, já que a pronúncia as ignora, e não tentando impor a sua grafia àqueles que há muito as não escrevem, justamente por elas não se pronunciarem.

4.3 Incongruências aparentes

A aplicação do princípio, baseado no critério da pronúncia, de que as consoantes *c* e *p* em certas sequências consonânticas se suprimem, quando não articuladas, conduz a algumas incongruências aparentes, conforme sucede em palavras como *apocalítico* ou *Egito* (sem *p*, já que este não se pronuncia), a par de *apocalipse* ou *egípcio* (visto que aqui o *p* se articula), *noturno* (sem *c*, por este ser mudo), ao lado de *noctívago* (com *c* por este se pronunciar), etc. Tal incongruência é apenas aparente. De fato, baseando-se a conservação ou supressão daquelas consoantes no critério da pronúncia, o que não faria sentido era mantê-las, em certos casos, por razões de parentesco lexical. Se se abrisse tal exceção, o utente, ao ter que escrever determinada palavra, teria que recordar previamente, para não cometer erros, se não haveria outros vocábulos da mesma família que se escrevessem com este tipo de consoante. Aliás, divergências ortográficas do mesmo tipo das que agora se propõem foram já aceites nas Bases de 1945 (v. Base VI, último parágrafo), que consagraram grafias como *assunção* ao lado de *assumptivo*, *cativo*, a par de *captor* e *captura*, *dicionário*, mas *dicção*,

etc. A razão então aduzida foi a de que tais palavras entraram e se fixaram na língua em condições diferentes. A justificação da grafia com base na pronúncia é tão nobre como aquela razão.

4.4 Casos de dupla grafia (Base IV, 1º c, d e 2º)

Sendo a pronúncia um dos critérios em que assenta a ortografia da língua portuguesa, é inevitável que se aceitem grafias duplas naqueles casos em que existem divergências de articulação quanto às referidas consoantes *c* e *p* e ainda em outros casos de menor significado. Torna-se, porém, praticamente impossível enunciar uma regra clara e abrangente dos casos em que há oscilação entre o emudecimento e a prolação daquelas consoantes, já que todas as sequências consonânticas enunciadas, qualquer que seja a vogal precedente, admitem as duas alternativas: *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*, *facto* e *fato*, *sector* e *setor*; *ceptro* e *etro*; *concepção* e *conceção*, *recepção* e *receção*; *assumpção* e *assunção*, *peremptório* e *perentório*, *sumptuoso* e *suntuoso*; etc.

De um modo geral pode dizer-se que, nestes casos, o emudecimento da consoante (exceto em *dicção*, *facto*, *sumptuoso* e poucos mais) se verifica, sobretudo, em Portugal e nos países africanos, enquanto no Brasil há oscilação entre a prolação e o emudecimento da mesma consoante.

Também os outros casos de dupla grafia (já mencionados em 4.1.), do tipo de *súbdito* e *sú-dito*, *subtil* e *sutil*, *amígdala* e *amídala*, *omnisciente* e *onisciente*, *aritmética* e *arimética*, muito menos relevantes em termos quantitativos do que os anteriores, se verificam sobretudo no Brasil.

Trata-se, afinal, de formas divergentes, isto é, do mesmo étimo. As palavras sem consoante, mais antigas e introduzidas na língua por via popular, foram já usadas em Portugal e encontram-se nomeadamente em escritores dos séculos XVI e XVII.

Os dicionários da língua portuguesa, que passarão a registrar as duas formas, em todos os casos de dupla grafia, esclarecerão, tanto quanto possível, sobre o alcance geográfico e social desta oscilação de pronúncia.

5 Sistema de acentuação gráfica (Bases VIII a XIII)

5.1 Análise geral da questão

O sistema de acentuação gráfica do português atualmente em vigor, extremamente complexo e minucioso, remonta essencialmente à Reforma Ortográfica de 1911. Tal sistema não se limita, em geral, a assinalar apenas a tonicidade das vogais sobre as quais recaem os acentos gráficos, mas distingue também o timbre destas. Tendo em conta as diferenças de pronúncia entre o português europeu e o do Brasil, era natural que surgissem divergências de acentuação gráfica entre as duas realizações da língua. Tais divergências têm sido um obstáculo à unificação ortográfica do português. É certo que em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram dados alguns passos significativos no sentido da unificação da acentuação gráfica, como se disse atrás. Mas, mesmo assim, subsistem divergências importantes neste domínio, sobretudo no que respeita à acentuação das paroxítonas.

Não tendo tido viabilidade prática a solução fixada na Convenção Ortográfica de 1945, conforme já foi referido, duas soluções eram possíveis para se procurar resolver esta questão. Uma era conservar a dupla acentuação gráfica, o que constituía sempre um espinho contra a unificação da ortografia. Outra era abolir os acentos gráficos, solução adotada em 1986, no Encontro do Rio de Janeiro. Esta solução, já preconizada no I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, realizada em 1967 em Coimbra, tinha sobretudo a justificá-la o fato de a língua oral preceder a língua escrita, o que leva muitos utentes a não empregarem na prática os acentos gráficos, visto que não os consideram indispensáveis à leitura e compreensão dos textos escritos. A abolição dos acentos gráficos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas, preconizada no Acordo de 1986, foi, porém, contestada por uma larga parte da opinião pública portuguesa, sobretudo por tal medida ir contra a tradição ortográfica e não tanto por estar contra a prática ortográfica. A questão da acentuação gráfica tinha, pois, de ser repensada. Neste sentido, desenvolveram-se alguns estudos e fizeram-se vários levantamentos estatísticos com o objetivo de se delimitarem melhor e quantificarem com precisão as divergências existentes nesta matéria.

5.2 Casos de dupla acentuação

5.2.1 Nas proparoxítonas (Base XI)

Verificou-se assim que as divergências, no que respeita às proparoxítonas, se circunscrevem praticamente, como já foi destacado atrás, ao caso das vogais tônicas *e* e *o*, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, com as quais aquelas não formam sílaba (v. Base XI, 3º). Estas vogais soam abertas em Portugal e nos países africanos recebendo, por isso, acento agudo, mas são do timbre fechado em grande parte do Brasil, grafando-se por conseguinte com acento circunflexo: *académicol acadêmico*, *cómodol cômodo*, *efêmero l efêmero*, *fenómenol fenômeno*, *gêniol gênio*, *tónicol tônico*, etc. Existem uma ou outra exceção a esta regra, como, por exemplo, *cômoro* e *sêmola*, mas estes casos não são significativos.

Costuma, por vezes, referir-se que o *a* tônico das proparoxítonas, quando seguido de *m* ou *n* com que não forma sílaba, também está sujeito à referida divergência de acentuação gráfica. Mas tal não acontece, porém, já que o seu timbre soa praticamente sempre fechado nas pronúncias cultas da língua, recebendo, por isso, acento circunflexo: *âmago*, *ânimo*, *botânico*, *câmara*, *dinâmico*, *gerânio*, *pânico*, *pirâmide*. 8 ISSN 1677-7042 1 N° 189, terça-feira, 30 de setembro de 2008

As únicas exceções a este princípio são os nomes próprios de origem grega *Dánael Dânae* e *Dánaol Dânao*. Note-se que se as vogais *e* e *o*, assim como *a*, formam sílaba com as consoantes *m* ou *n*, o seu timbre é sempre fechado em qualquer pronúncia culta da língua, recebendo, por isso, acento circunflexo: *êmbolo*, *amêndoa*, *argênteo*, *excêntrico*, *têmpera*; *anacreôntico*, *cômputo*, *recôndito*, *cânfora*, *Grândola*, *Islândia*, *lâmpada*, *sonâmbulo*, etc.

5.2.2 Nas paroxítonas (Base IX)

Também nos casos especiais de acentuação das paroxítonas ou graves (v. Base IX, 2º), algumas palavras que contêm as vogais tônicas *e* e *o* em final de sílaba, seguidas das consoantes nasais *m* e *n*, apresentam oscilação de timbre, nas pronúncias cultas da língua. Tais palavras são assinaladas com acento agudo, se o timbre da vogal tônica é aberto, ou com acento circunflexo, se o timbre é fechado: *fémur* ou *fêmur*, *Fénix* ou *Fênix*, *ónix* ou *ônix*, *sémen* ou *sêmen*, *xénon* ou *xênnon*; *bónus* ou *bônus*, *ónus* ou *ônus*, *pónei* ou *pônei*, *ténis* ou *tênis*, *Vénus* ou *Vênus*; etc. No total, estes são pouco mais de uma dúzia de casos.

5.2.3 Nas oxítonas (Base VIII)

Encontramos igualmente nas oxítonas (v. Base VIII, 1º a, *Obs.*) algumas divergências de timbre em palavras terminadas em *e* tônico, sobretudo provenientes do francês. Se esta vogal tônica soa aberta, recebe acento agudo; se soa fechada, grafa-se com acento circunflexo. Também aqui os exemplos pouco ultrapassam as duas dezenas: *bebé* ou *bebê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochè*, *guiché* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *puré* ou *purê*; etc. Existe também um caso ou outro de oxítonas terminadas em *o* ora aberto ora fechado, como sucede em *cocó* ou *cocô*, *ró* ou *rô*. A par de casos como este há formas oxítonas terminadas em *o* fechado, às quais se opõem variantes paroxítonas, como acontece em *judô* e *judo*, *metrô* e *metro*, mas tais casos são muito raros.

5.2.4 Avaliação estatística dos casos de dupla acentuação gráfica

Tendo em conta o levantamento estatístico que se fez na Academia das Ciências de Lisboa, com base no já referido *corpus* de cerca de 110.000 palavras do vocabulário geral da língua, verificou-se que os citados casos de dupla acentuação gráfica abrangiam aproximadamente 1,27% (cerca de 1.400 palavras). Considerando que tais casos se encontram perfeitamente delimitados, como se referiu atrás, sendo assim possível enunciar a regra de aplicação, optou-se por fixar a dupla acentuação gráfica como a solução menos onerosa para a unificação ortográfica da língua portuguesa.

5.3 Razões da manutenção dos acentos gráficos nas proparoxítonas e paroxítonas

Resolvida a questão dos casos de dupla acentuação gráfica, como se disse atrás, já não tinha relevância o principal motivo que levou em 1986 a abolir os acentos nas palavras proparoxítonas e paroxítonas. Em favor da manutenção dos acentos gráficos nestes casos, ponderaram-se, pois, essencialmente as seguintes razões:

a) Pouca representatividade (cerca de 1,27%) dos casos de dupla acentuação.

b) Eventual influência da língua escrita sobre a língua oral, com a possibilidade de, sem acentos gráficos, se intensificar a tendência para a paroxítonia, ou seja, deslocação do acento tônico da antepenúltima para a penúltima sílaba, lugar mais frequente de colocação do acento tônico em português.

c) Dificuldade em apreender corretamente a pronúncia em termos de âmbito técnico e científico.

co, muitas vezes adquiridos através da língua escrita (leitura).

d) Dificuldades causadas, com a abolição dos acentos, à aprendizagem da língua, sobretudo quando esta se faz em condições precárias, como no caso dos países africanos, ou em situação de autoaprendizagem.

e) Alargamento, com a abolição dos acentos gráficos, dos casos de homografia, do tipo de *análise(s)/análise(v.)*, *fábrica(s)/fabrica(v.)*, *secretária(s)/secretaria(s. ou v.)*, *vária(s)/varia(v.)*, etc., casos que apesar de dirimíveis pelo contexto sintático, levantariam por vezes algumas dúvidas e constituiriam sempre problema para o tratamento informatizado do léxico.

f) Dificuldade em determinar as regras de colocação do acento tônico em função da estrutura mórfica da palavra. Assim, as proparoxítonas, segundo os resultados estatísticos obtidos da análise de um *corpus* de 25.000 palavras, constituem 12%. Destes, 12%, cerca de 30% são falsas esdrúxulas (cf. *gênio*, *água*, etc.). Dos 70% restantes, que são as verdadeiras proparoxítonas (cf. *cômodo*, *gênero*, etc.), aproximadamente 29% são palavras que terminam em *-ico* / *-ica* (cf. *ártico*, *econômico*, *módico*, *prático*, etc.). Os restantes 41% de verdadeiras esdrúxulas distribuem-se por cerca de duzentas terminações diferentes, em geral de caráter erudito (cf. *espírito*, *inclito*, *púlpito*; *filólogo*; *filósofo*; *esófago*; *epíteto*; *pássaro*; *pêsames*; *facílmo*; *lindíssimo*; *parêntesis*; etc.).

5.4 Supressão de acentos gráficos em certas palavras oxítonas e paroxítonas (Bases VIII, IX e X)

5.4.1 Em casos de homografia (Bases VIII, 3º e IX, 9º e 10º)

O novo texto ortográfico estabelece que deixem de se acentuar graficamente palavras do tipo de *para* (á), flexão de *parar*, *pelo* (ê), substantivo, *pelo* (é), flexão de *pelar*, etc., as quais são homógrafas, respectivamente, das proclíticas *para*, preposição, *pelo*, contração de *per* e *lo*, etc. As razões por que se suprime, nestes casos, o acento gráfico são as seguintes:

a) Em primeiro lugar, por coerência com a abolição do acento gráfico já consagrada pelo Acordo de 1945, em Portugal, e pela Lei nº 5.765, de 18/12/1971, no Brasil, em casos semelhantes, como, por exemplo: *acerto* (ê), substantivo, e *acerto* (é), flexão de *acertar*; *acordo* (ô), substantivo, e *acordo* (ó), flexão de *acordar*; *cor* (ô), substantivo, e *cor* (ó), elemento da locação *de cor*; *sede* (ê) e *sede* (é), ambos substantivos; etc.

b) Em segundo lugar, porque, tratando-se de pares cujos elementos pertencem a classes gramaticais diferentes, o contexto sintático permite distinguir claramente tais homógrafas.

5.4.2 Em paroxítonas com os ditongos *ei* e *oi* na sílaba tônica (Base IX, 3º)

O novo texto ortográfico propõe que não se acentuem graficamente os ditongos *ei* e *oi* tônicos das palavras paroxítonas. Assim, palavras como *assembleia*, *boleia*, *ideia*, que na norma gráfica brasileira se escrevem com acento agudo, por o ditongo soar aberto, passarão a escrever-se sem acento, tal como *aldeia*, *baleia*, *cheia*, etc. Do mesmo modo, palavras como *comboio*, *dezoito*, *estroina*, etc., em que o timbre do ditongo oscila entre a abertura e o fechamento, oscilação que se traduz na facultatividade do emprego do acento agudo no Brasil, passarão a grafar-se sem acento. A

generalização da supressão do acento nestes casos justifica-se não apenas por permitir eliminar uma diferença entre a prática ortográfica brasileira e a lusitana, mas ainda pelas seguintes razões:

a) Tal supressão é coerente com a já consagrada eliminação do acento em casos de homografia heterofônica (v. Base IX, 10º, e, neste texto atrás, 5.4.1.), como sucede, por exemplo, em *acerto*, substantivo, e *acerto*, flexão de *acertar*, *acordo*, substantivo, e *acordo*, flexão de *acordar*, *fora*, flexão de *ser* e *ir*, e *fora*, advérbio, etc.

b) No sistema ortográfico português não se assinala, em geral, o timbre das vogais tônicas *a*, *e* e *o* das palavras paroxítonas, já que a língua portuguesa se caracteriza pela sua tendência para a paroxítonia.

O sistema ortográfico não admite, pois, a distinção entre, por exemplo *cada* (â) e *fada* (á), *para* (â) e *tara* (á); *espelho* (ê) e *velho* (é), *janela* (é) e *janelo* (ê), *escrevera* (ê), flexão de *escrever*, e *Primavera* (é); *moda* (ó) e *toda* (ô), *virtuosa* (ó) e *virtuoso* (ô); etc. Então, se não se torna necessário, nestes casos, distinguir pelo acento gráfico o timbre da vogal tônica, por que se há-de usar o diacrítico para assinalar a abertura dos ditongos *ei* e *oi* nas paroxítonas, tendo em conta que o seu timbre nem sempre é uniforme e a presença do acento constituiria um elemento perturbador da unificação ortográfica?

5.4.3 Em paroxítonas do tipo de *abenção, enjoo, voo*, etc. (Base IX, 8º)

Por razões semelhantes às anteriores, o novo texto ortográfico consagra também a abolição do acento circunflexo, vigente no Brasil, em palavras paroxítonas como *abenção*, flexão de *abençoar*, *enjoo*, substantivo e flexão de *enjoar*, *moo*, flexão de *moer*, *povoo*, flexão de *povoar*, *voo*, substantivo e flexão de *voar*, etc. O uso do acento circunflexo não tem aqui qualquer razão de ser, já que ele ocorre em palavras paroxítonas cuja vogal tônica apresenta a mesma pronúncia em todo o domínio da língua portuguesa. Além de não ter, pois, qualquer vantagem nem justificação, constitui um fator que perturba a unificação do sistema ortográfico.

5.4.4 Em formas verbais com *u* e *ui* tônicos, precedidos de *g* e *q* (Base X, 7º)

Não há justificação para se acentuarem graficamente palavras como *apazigue*, *arguem*, etc., já que estas formas verbais são paroxítonas e a vogal *u* é sempre articulada, qualquer que seja a flexão do verbo respectivo. No caso de formas verbais como *argui*, *delinquis*, etc., também não há justificação para o acento, pois se trata de oxítonas terminadas no ditongo tónico *ui*, que como tal nunca é acentuado graficamente. Tais formas só serão acentuadas se a sequência *ui* não formar ditongo e a vogal tônica for *i*, como, por exemplo, *arguí* (1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo).

6 Emprego do hífen (Bases XV a XVIII)

6.1 Estado da questão

No que respeita ao emprego do hífen, não há propriamente divergências assumidas entre a norma ortográfica lusitana e a brasileira. Ao compulsarmos, porém, os dicionários portugueses e brasileiros e ao lermos, por exemplo, jornais e revistas, deparam-se-nos muitas oscilações e um largo número de formações vocabulares com grafia dupla, ou seja, com hífen e sem hífen, o que aumenta desmesurada e desnecessariamente as entradas lexicais dos dicionários. Estas oscilações verificam-se sobretudo nas formações por prefixação e na chamada recomposição, ou seja, em formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina. Eis alguns exemplos de tais oscilações: *ante- rosto* e *anterrosto*, *co-educação* e *coeducação*, *pré- frontal* e *prefrontal*, *sobresaia* e *sobressaia*, *sobre- saltar* e *sobressaltar*, *aero- espacial* e *aeroespacial*, *auto- aprendizagem* e *autoaprendizagem*, *agro- industrial* e *agroindustrial*, *agro- pecuária* e *agropecuária*, *alvéolo-dental* e *alveolodental*, *bolbo-raquidiano* e *bolborraquidiano*, *geo-história* e *geoistória*, *micro- onda* e *microonda*; etc.

Estas oscilações são, sem dúvida, devidas a uma certa ambiguidade e falta de sistematização das regras que sobre esta matéria foram consagradas no texto de 1945. Tornava-se, pois, necessário reformular tais regras de modo mais claro, sistemático e simples. Foi o que se tentou fazer em 1986.

A simplificação e redução operadas nessa altura, nem sempre bem compreendidas, provocaram igualmente polémica na opinião pública portuguesa, não tanto por uma ou outra incongruência resultante da aplicação das novas regras, mas sobretudo por alterarem bastante a prática ortográfica neste domínio. A posição que agora se adota, muito embora tenha tido em conta as críticas fundamentadas ao texto de 1986, resulta, sobretudo, do estudo do uso do hífen nos dicionários portugueses e brasileiros, assim como em jornais e revistas.

6.2 O hífen nos compostos (Base XV)

Sintetizando, pode dizer-se que, quanto ao emprego do hífen nos compostos, locuções e encadeamentos vocabulares, se mantém o que foi estatuído em 1945, apenas se reformulando as regras de modo mais claro, sucinto e simples. De fato, neste domínio não se verificam praticamente divergências nem nos dicionários nem na imprensa escrita.

6.3 O hífen nas formas derivadas (Base XVI)

Quanto ao emprego do hífen nas formações por prefixação e também por recomposição, isto é, nas formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina, apresenta-se alguma inovação. Assim, algumas regras são formuladas em termos contextuais, como sucede nos seguintes casos:

- a) Emprega-se o hífen quando o segundo elemento da formação começa por *h* ou pela mesma vogal ou consoante com que termina o prefixo ou pseudoprefixo (por ex. *anti-higiênico*, *contraal-*

mirante, hiper-resistente).

b) Emprega-se o hífen quando o prefixo ou falso prefixo termina em *m* e o segundo elemento começa por vogal, *m* ou *n* (por ex. *circum-murado, pan-africano*). As restantes regras são formuladas em termos de unidades lexicais, como acontece com oito delas (*ex-, sota- e soto-, vice- e vizo-; pós-, pré- e pró-*). Noutros casos, porém, uniformiza-se o não emprego do hífen, do modo seguinte:

a) Nos casos em que o prefixo ou o pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, estas consoantes dobram-se, como já acontece com os termos técnicos e científicos (por ex. *antirreligioso, microsistema*).

b) Nos casos em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente daquela, as duas formas aglutinam-se, sem hífen, como já sucede igualmente no vocabulário científico e técnico (por ex. *antiaéreo, aeroespacial*).

6.4 O hífen na ênclise e tmese (Base XVII)

Quanto ao emprego do hífen na ênclise e na tmese mantêm-se as regras de 1945, exceto no caso das formas *hei de, há de, há de*, etc., em que passa a suprimir-se o hífen. Nestas formas verbais o uso do hífen não tem justificação, já que a preposição *de* funciona ali como mero elemento de ligação ao infinitivo com que se forma a perífrase verbal (cf. *hei de ler*, etc.), na qual *de* é mais proclítica do que apoclítica. Nº 189, terça-feira, 30 de setembro de 2008 1 ISSN 1677-7042 9

7 Outras alterações de conteúdo

7.1 Inserção do alfabeto (Base I)

Uma inovação que o novo texto de unificação ortográfica apresenta, logo na Base I, é a inclusão do alfabeto, acompanhado das designações que usualmente são dadas às diferentes letras. No alfabeto português passam a incluir-se também as letras *k, w* e *y*, pelas seguintes razões:

a) Os dicionários da língua já registram estas letras, pois existe um razoável número de palavras do léxico português iniciado por elas.

b) Na aprendizagem do alfabeto é necessário fixar qual a ordem que aquelas letras ocupam.

c) Nos países africanos de língua oficial portuguesa existem muitas palavras que se escrevem com aquelas letras.

Apesar da inclusão no alfabeto das letras *k, w* e *y*, mantiveram-se, no entanto, as regras já fixadas anteriormente, quanto ao seu uso restritivo, pois existem outros grafemas com o mesmo valor fônico daquelas. Se, de fato, se abolisse o uso restritivo daquelas letras, introduzir-se-ia no sistema ortográfico do português mais um fator de perturbação, ou seja, a possibilidade de representar, indiscriminadamente, por aquelas letras fonemas que já são transcritos por outras.

7.2 Abolição do trema (Base XIV)

No Brasil, só com a Lei nº 5.765, de 18/12/1971, o emprego do trema foi largamente restringido, ficando apenas reservado às sequências *gu* e *qu* seguidas de *e* ou *i*, nas quais *u* se pronuncia (cf. *aguentar*, *arguente*, *eloquente*, *equestre*, etc.). O novo texto ortográfico propõe a supressão completa do trema, já acolhida, aliás, no Acordo de 1986, embora não figurasse explicitamente nas respectivas bases. A única ressalva, neste aspecto, diz respeito a palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros com trema (cf. *mülleriano*, de *Müller*, etc.). Generalizar a supressão do trema é eliminar mais um fator que perturba a unificação da ortografia portuguesa.

8 Estrutura e ortografia do novo texto

Na organização do novo texto de unificação ortográfica optou-se por conservar o modelo de estrutura já adotado em 1986. Assim, houve a preocupação de reunir, numa mesma base, matéria afim, dispersa por diferentes bases de textos anteriores, donde resultou a redução destas a vinte e uma. Através de um título sucinto, que antecede cada base, dá-se conta do conteúdo nela consagrado. Dentro de cada base adotou-se um sistema de numeração (tradicional) que permite uma melhor e mais clara arrumação da matéria aí contida.

El caso español

Aunque no seamos conscientes de ello, la lengua española también pasó por un proceso similar. Los países de Latinoamérica, con el paso de los años, practicaban otro idioma español, lleno de palabras y acentos propios. Pero, **las reformas ocurrieron mucho antes**. Chile fue el último país a aceptar las nuevas normas en 1927. “**Toda lengua viva está sujeta a influencias de otras lenguas**, a neologismos necesarios (e innecesarios, a veces) por causa de las nuevas realidades que necesitan nuevas palabras, pero la unificación es necesaria”, explica Fernando Vilches, profesor titular de Lengua Española de la Universidad Rey Juan Carlos.

La ortografía de la lengua española está hoy completamente unificada. La Real Academia Española, junto con las Academias correspondientes de los países hispanoamericanos, publicó en el año 1999 la **única ortografía válida para todo el ámbito hispanohablante** (ver pdf). En 2005, como libro complementario, fue publicado el Diccionario Panhispánico de Dudas.

Para todos los expertos consultados y para el profesor Vilches, la difusión de una lengua depende de una mezcla de factores. Según él, la unificación de la lengua es fundamental para su reconocimiento internacional. “La **unidad del español** en todo el ámbito del mundo hispánico y su **carácter ‘materno’ para alrededor de 300 millones de personas** han permitido el **despegue actual**. Luego vienen su **facilidad fonética** (casi todo se escribe como se pronuncia) y su **proyección económica**”.

Artigo de Érica Chaves, 28 de outubro de 2008. (www.soitu.es – 34 664 316 592)

Atualizado 27-10-2008 22:21 CET

http://www.soitu.es/soitu/2008/10/22/actualidad/1224688100_874004.html

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

Luciana Mercês Ribeiro Santos

É bacharel e licenciada em Letras com habilitação em Latim e Português pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP - Faculdade de Ciências e Letras campus de Araraquara. Tem experiência na área de Linguística, Latim, Fonética, Fonologia e Ortografia. Fez Mestrado e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa nessa mesma instituição, onde participa do projeto intitulado: *História da Ortografia da Língua Portuguesa*, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari. A pesquisa desenvolvida na pós-graduação abrange as áreas da Fonética, Fonologia, História da Língua Portuguesa e Historiografia da Língua Portuguesa.

Luiz Carlos Cagliari

Possui graduação em Letras Neolatinas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1966), graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Mogi das Cruzes (1972), graduação em Pedagogia e Filosofia pelo Instituto Salesiano de Pedagogia e Filosofia (1965), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1974) e doutorado em Linguística - Fonética pela Universidade de Edimburgo (Escócia) (1977). Fez Livre Docência na Universidade Estadual de Campinas (1982) e é Professor Titular pela Universidade Estadual de Campinas (1990). Fez Pós-doutorado na Universidade de Londres (1987) e na de Oxford (2003). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Araraquara e dirige o grupo de estudos *História da Ortografia da Língua Portuguesa* (CNPq/PQ). Tem experiência na área de Linguística, com especialidade em Fonética e Fonologia. Suas áreas de atuação no momento são: a alfabetização e o letramento; a ortografia e os sistemas de escrita; a fonética descritiva e a fonética acústica, com interesse especial nos fenômenos prosódicos.